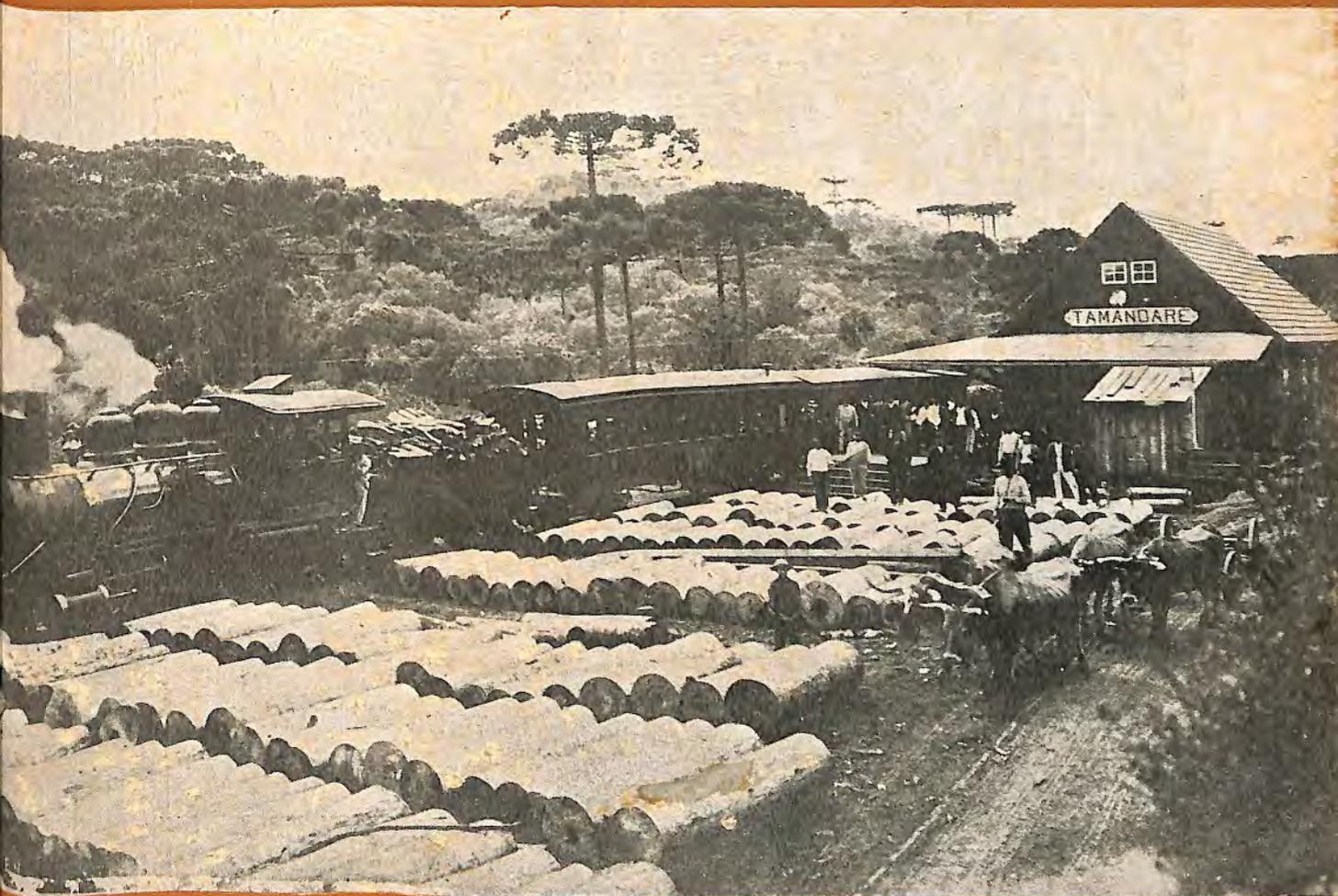


ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

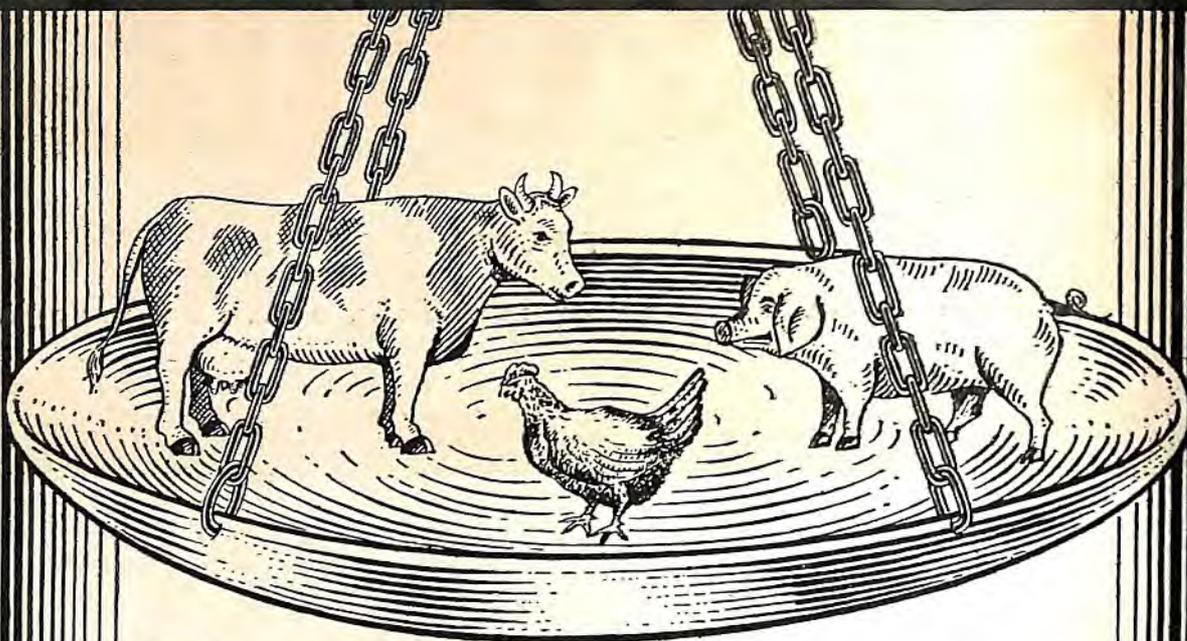
ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A indústria madeireira do Brasil tem no pinho o seu maior esteio. O ininterrupto e crescente consumo dessa madeira, de tantas aplicações, deveria obrigar o replantio intensivo, para que no futuro não tenhamos de importar pinho de outros países.

ANO LIII

RIO DE JANEIRO — BRASIL
MAIO - JUNHO, 1949



DEVOLVENDO

ao dono o seu
pêso em **OURO!**



TORTA COMPLETA N.º 1
Para vacas leiteiras, ca-
bras e coelhos.

TORTA COMPLETA N.º 2
Para porcos de açougue.

TORTA COMPLETA N.º 5
Para galinhas poedeiras.

ANIMAIS SADIOS
BONS PRODUTOS
BOM RENDIMENTO



A pecuária, na Suíça, sendo das mais adiantadas do mundo, dispensa instalações suntuosas, como nos mostra o cliché.

SUMARIO

	Pág.
A importância do ensino agrícola na evolução econômica do Brasil — <i>Prof. Arthur Torres Filho</i>	3
A Herva Mate — <i>Octávio Secundino</i>	6
A Instrução da Bacia do São Francisco — <i>Antônio de Arruda Câmara</i> , Vice-Presidente da S. N. de Agricultura	7
História da Indústria Açucareira no Nordeste	12
O rádio e a Educação Rural — <i>Eng. Geraldo Goulart da Silveira</i>	21
Cooperativismo	24
Estabelecimentos de ensino agrícola nas zonas de colonização do Centro Oeste — <i>Eng. Geraldo da Silveira</i>	26
Custo da Produção do Leite — <i>José Assis Ribeiro</i>	29
Empregos do sal na indústria caseira — <i>Eng. Amaury H. da Silveira</i>	33
Comissão Técnica de Cooperativismo	34
Criação de Bezerros — <i>Lincoln Moraes</i>	38
Clube Agrícola "Miguel Calmon"	40
Produção de Exportação — <i>Francisco Trevia</i>	41
Concentração Fluminense de Produtores de Leite em Barra Mansa — <i>Otto Frensel</i> (Diretor)	42
Bicho das frutas — <i>César Seára</i> (Eng.)	44
Descobertas esquecidas	45
Consultas e informações — <i>Eng. Geraldo Goulart da Silveira</i>	46
Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslau Bello	47
Lacraus e Lacraias — <i>Prof. F. Murtinho Braga</i>	50

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito	— DR. WENCESLÁU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	— DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ADLMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	— JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	— JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	— JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	— JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	— LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	— LUIZ DE OLIVEIRA MENDES
CARLOS DE SOUZA DUARTE	— MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
DIOGENES CALDAS	— MANOEL NETTO CAMPELO JUNIOR
EDUARDO DUVIVIER	— MARIO VILHENA
EUVALDOD LODI	— ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	— OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	— PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	— PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	— PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	— ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	— RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	— SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÔA	— SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	— WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho;
Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache;
Comissão Central de Preços (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra;
Comissão Permanente de Estradas de Rodagem (Mi-

nistério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson;
Comissão de Organização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAN OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIII

Maio-Junho de 1949

A importancia do ensino agrícola na evolução econômica do Brasil

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Não há ainda infelizmente, no nosso meio social e político, a exata compreensão do papel que o ensino agrícola, em suas diversas modalidades, poderá representar no Brasil como agente poderoso de sua expansão econômica.

Pois será possível, sem o ensino agrícola generalizado, dispormos de forte estrutura econômica?

Na luta da competição comercial entre os povos, só poderão vencer aqueles que tiverem boa organização técnica e econômica.

Sem organização que nos faculte produzir em boas condições e a baixos preços, bem pouco valerão as nossas decantadas riquezas.

Temos diante de nós, sem solução até hoje, do Império à República, o problema agrário, base e fundamento que há de ser de nossa independência política.

A produção agrícola têm-la de defender a todo custo, como questão de capital importância para os altos interesses do Brasil. Em toda a nossa história, desde mesmo o período colonial, não tem sido a agricultura a nossa maior fonte de riqueza?

Todavia, sem uma produção lançada em bases seguras, com o grau de civilização dos nossos dias, diante dos meios rápidos de transporte e dos recursos da técnica produtiva, não poderemos vencer, no jogo da livre concorrência, enfrentando outras nações cuja agricultura esteja organizada sobre base técnica econômica.

Ressalta à evidência que necessitamos de uma política verdadeiramente construtora, que tome por base a solução do problema agrário brasileiro, porquanto sem produção abundante, barata e de circulação fácil no nosso imenso território, nunca conseguiremos desafogar a vida econômico-financeira da Nação.

Aconselham nossas condições sociais, políticas e econômicas, volvamos a nossa atenção para o problema agrário.

Não se concebe mais, em nossos dias, a exploração inteligente de um país ou região sem o exame do solo, do clima, das variedades melhoradas de plantas, de aplicação dos adubos, do emprêgo das máquinas agrícolas, enfim, sem os ensinamentos da ciência agronômica.

Será nessa direção, tendo em alta conta o ensino profissional, que alcançaremos o ambicionado desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Sendo um país novo, haverá quem conteste exista no Brasil o fenômeno da população dos campos.

Quem contestará também que os melhores elementos da vida rural são atraídos para o comércio, para a indústria e demais profissões próprias das cidades? No entanto, a vida das aglomerações urbanas depende do trabalho dos que mourejam nos campos.

Isso indica que, para suscitarmos por todos os meios as nossas energias creadoras de riqueza, teremos que nos preocupar com a instrução profissional daqueles que vivem na agricultura.

Sociólogos existem que consideram o exodo dos campos uma das maiores e mais graves questões sociais da nossa época.

Mas, sem termos noção bem clara dos interesses capitais do país, difficilmente alcançaremos as reacções necessárias, como acontece com o ensino agrícola.

Que temos feito em pról da instrução profissional dos que vivem na agricultura? Qual não é o número de rapazes e moças carecendo de boa instrução agrícola e doméstica? Que temos feito nesse sentido em face das demais nações civilizadas?

É fatal que, sem melhorarmos a nossa situação rural, isto é, sem que a vida do campo se torne capaz de proporcionar o bem estar e a independência, o homem do campo será atraído para as vilas, aldeias e cidades.

A pouco e pouco a agricultura se despojará da parte mais inteligente da sua população. Não é o que acontece, por exemplo, com os filhos dos proprietários mais ricos que, enviando seus filhos às escolas nas cidades, acabam por encaminhá-los para as profissões administrativas, liberais e industriais?

Quais não serão as consequências sociais desse fato?

Por outro lado, com o progresso vertiginoso da indústria, não exerce ela verdadeira drenagem na mão de obra rural, por pagar melhores salários do que a agricultura?

Está-se diante de um problema social de gravidade inequivoca, cuja solução consiste em se procurar reter o deslocamento da população rural para os centros populosos.

Mas como combater-se esse mal? Outro recurso não vejo senão promovendo-se a mais larga difusão do ensino agrícola, mediante um sistema de educação generalizada, desde a criança do campo passando pelo trabalhador e o agricultor, até o ensino superior, para a formação do profissional completo, instituindo-se um ensino para todas as situações sociais.

A agricultura, como os demais ramos dos conhecimentos humanos, tem sido largamente beneficiada pelo desenvolvimento científico dos nossos dias. Quem ignorará que a química, a botânica, a física, a microbiologia, a zoologia, a higiene, etc., constituem o pedestal em que repousa a agricultura moderna?

Há cincoenta anos atrás ainda se poderia talvez admitir que o agricultor se contentasse com os progressos antigos, consagrados pela prática inveterada e transmitidos de pais a filhos.

É evidente que tal se não pôde dar atualmente, com a situação por completo mudada, diante dos meios rápidos de transporte e da luta da concorrência entre os povos. Si quizermos o progresso da nossa agricultura em bases remuneradoras, teremos de nos socorrer da agricultura racional. Mas, para tanto conseguir-se, tornam-se indispensáveis conhecimentos profissionais, isto é, será preciso que a agricultura se dispa do manto da rotina e penetre no caminho do progresso, norteadada pela ciência.

Temos diante de nós, como já assinalava Veiga Filho, no seu "Manual da Ciência das Finanças", o "problema da insuficiência da produção, que se vai desenvolvendo a passos muito lentos, fazendo sentir a necessidade de ser adotada uma política resoluta, de expansão econômica ou de defesa dos grandes interesses materiais do país."

Não será exagero si se disser que necessitamos resolver o nosso problema da existência própria, a principiar por uma a uma das unidades da Federação; mas, para resolvê-lo, precisamos de riqueza, riqueza que só poderá ser arrancada do seio da terra pela agricultura. O nosso comércio exterior não poderá ficar limitado a alguns produtos, obtendo-se, porém, do nosso solo, tudo o que ele encerra, creando-se para isso novas culturas e aperfeiçoando as existentes.

Para tanto conseguirmos necessitamos conhecer o nosso país, mas com as armas da ciência, procedendo a estudos sérios, rigorosos, de modo a se constituir um plano geral e de conjunto a ser realizado sem descontinuidade, por regiões, único meio de se obter solução definitiva ou caminharmos para ela em defesa do nosso patrimônio agrícola.

Que conhecemos da nossa economia rural, do nosso solo e da nossa flora, do ponto de vista agrônômico? Faltam-nos os dados de uma perfeita estatística agrícola, isto é, escasseiam-nos os elementos reais sobre as condições do país. E a instrução agrícola?

Falta-nos, afinal, instituírmos um governo econômico, em toda a aceção científica do termo; conhecendo as nossas fontes de riqueza e possuindo organização completa e rigorosa.

Como dizia João Pinheiro, o notável estadista mineiro, “o problema econômico brasileiro não é uma dessas idéias políticas passageiras, vistoso fogo de artifício para surgir e passar veloz, na precariedade das coisas fictícias; corresponde à solução de necessidades aflitivas, à ânsia de progresso, e foi posto — para ser resolvido — pelas próprias condições da vida nacional”.

Não se deve ignorar que o progresso agrícola de muitos países tem por origem a penetração da ciência na prática agrícola.

A organização de estabelecimentos científicos de pesquisas, o espírito de associação, o desenvolvimento dos meios rápidos de transporte e o progresso do material agrícola, constituem, dentre outros, os meios técnicos de se produzir mais, melhor e mais barato.

A predominância deste ou daquele país, na luta da competição comercial, dependerá dos progressos realizados no terreno da produção agrícola ou industrial.

Produzir em maior escala e produzir economicamente — tal deverá ser o nosso lema.

Si não entrarmos pelo caminho do recrudescimento das forças vivas e das energias latentes da Nação, dia a dia mais acentuada será a nossa inferioridade econômica e a precariedade alimentar do nosso povo.

Não podemos permanecer retardatários em matéria de agricultura, sem iniciativas, sem estímulos, quando a situação exige modificação radical em nossos hábitos tradicionais.

Muito benéfica, como será forçoso reconhecer, tem sido a ação exercida pelo Ministério da Agricultura desde sua criação e, principalmente, nos últimos tempos; mas o problema é complexo e difícil, pois as providências a serem tomadas exigem o concurso dos municípios e dos Estados, numa ação conjunta e continuada por muitos anos. — De outro modo, teremos de assistir de braços cruzados à ruína de diversos ramos da produção nacional, como até aqui, pois uma ação desenvolvida nessa diretriz não pôde surtir resultados imediatos.

A agricultura foi, tem sido, e será a nossa maior fonte de riqueza pública.

A nossa crise agrícola vem de longa data, mas, para resolvê-la, exercendo-se ação bastante intensa em todo o território nacional, promovendo-se o melhoramento dos nossos processos de cultura do solo, das raças animais, traçando-se programa conciente de política construtora, torna-se indispensável o concurso dos Estados e dos municípios, numa ação conjunta e devidamente planejada.

A colaboração dos Estados com o Ministério da Agricultura, em todos os seus aspectos, sob fórmula prática, é imprescindível para a defesa da nossa economia agrícola. De outra forma, disso estamos plenamente convencidos, não chegaremos à transformação dos nossos métodos e processos agrícolas, nem será possível alcançar-se a expansão econômica do Brasil. Nesse particular, como em muitos outros, teremos de voltar vistas para o gigantesco aparelhamento da agricultura norte-americana.

Si o Ministério tiver que restringir sua atividade ao orçamento federal, sem fundos permanentes, nunca, pela exiguidade dos recursos, assim mesmo com frequentes descontinuidades, chegará a exercer atuação bastante intensa em toda a vastidão do território nacional.

A questão agrária é, talvez, o único problema nacional que temos realmente a resolver. Todas as nossas principais soluções dependem dela.

Um povo batido no terreno econômico está virtualmente vencido no campo político; a sua soberania não passará de um domínio de fato.

Deante de nós temos vastas extensões territoriais inexploradas, incultas ou abandonadas, junto aos próprios grandes centros de população, para serem transformadas em riqueza econômica.

A HERVA MATE

Octavio Secundino.

Entre as grandes riquezas, não diremos desconhecidas, mas até aqui pouco conhecidas, do Brasil, figura certamente a Herva Mate.

Não iremos aqui referir opiniões de cientistas nacionais e estrangeiros em torno da preciosa produção dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, riqueza que aliás é tão bem compreendida pelos nossos vizinhos platinos que vêm na Herva Brasileira um produto rico de qualidades nutritivas e valioso como elemento de riqueza nacional.

Diga-se o que se queira, porém, o fato é que o Instituto Nacional do Mate, embora costumem lhe atribuir muitos êrros, constitui um clima de reais cogitações em torno do Mate na sua industrialização, no comércio interno e externo, além de ter disciplinado a produção, harmonizando os interesses dos industriais e dos lavradores.

Hoje o Mate é uma riqueza real, conhecida e reconhecida. Di-lo melhor, entre outras cousas a importância que lhe foi dada no estudo do Plano Salte por parte do Congresso Nacional.

E é confortador salientar o interesse que tem demonstrado o Chefe da Nação co-

laborando com as bancadas parlamentares dos Estados hervateiros, com a administração do Instituto Nacional do Mate e com as cooperativas, no sentido de um crescente prestígio para o precioso produto que reúne, a um tempo — qualidades terapêuticas admiráveis e magníficas propriedades como alimento.

O Mate atravessa um período aureo de desenvolvimento e progresso, contando para isso, além das suas virtudes por todos proclamada, com a fortuna de ter, na Presidência da República e na presidência do Instituto Nacional do Mate, dois filhos ilustres de um grande Estado hervateiro, o Estado de Mato Grosso, General Eurico Gaspar Dutra e Dr. Generoso Ponce Filho.

O Plano Salte vai contribuir poderosamente para a prosperidade da Herva Mate no Brasil e então não será esquecida também a atuação, na sua defesa, do Deputado Federal pelo Paraná, líder do seu Governo, Dr. Lauro Sodré Lopes, autor da emenda vitoriosa na Comissão de Finanças, mandando incluir no Plano Salte, verbas destinadas ao fomento da prodigiosa produção brasileira.

Rio, 1949.



Para tanto conseguirmos, faz-se mister programa de política econômica que abranja toda a Nação.

Está fora de dúvida, como compreendeu a grande Nação Americana, desde a primeira Mensagem de Washington, em 1796, depender o progresso econômico, fundamentalmente, do desenvolvimento do ensino agrícola. Será êle, com o industrial e o comercial, que fará viver e crescer a Nação Brasileira, proporcionando-lhe os recursos necessários à realização dos seus gloriosos destinos em benefício da Humanidade.

A Instrução na Bacia do São Francisco

Antonio de Arruda Camara
Vice-Presidente da Sociedade Nacional de
Agricultura

I — ENSINO PRIMÁRIO

Há nos municípios total ou parcialmente compreendidos na bacia do São Francisco acentuado interesse pela instrução.

Nas cidades e nas vilas, assim como na maioria dos povoados, é o ensino primário geralmente ministrado. No interior, entretanto, é deficiente o número de escolas. E essa deficiência, notada, mesmo, em centros de população mais densa, constitui problema de difícil encaminhamento e solução.

Nos centros de maior atividade agrícola aparece, — embora a consideráveis distâncias —, núcleos favoráveis à vida das escolas rurais. O mesmo, entretanto, raramente ocorre nos centros pastoris em que a população é mais dispersa.

A distância, mais do que a pobreza, impede o povoamento das escolas no interior do país.

Muita criança em idade escolar e escolas apenas com algumas crianças... as que, por sorte, moram nas proximidades, isto é, até a cerca de meia dúzia de quilômetros.

Logares há em que mal se aprende a *assinar o nome* ou a fazer as *quatro operações* por ser a escola distante, e, outros, em que a escola, por pequena frequência, foi fechada ou transferida.

Nesses logares a escola particular não sustenta o professor. Em casa, o que sabe *ler, escrever e contar*, ensina aos outros... quando ninguém sabe, nada se pode fazer.

Não é pois o problema da instrução no meio rural, sobretudo quando fraca e dispersamente povoado, de fácil encaminhamento. As distâncias, as grandes caminhadas a pé a que estão sujeitos os escolares, mais do que a falta de preparação do professor para a vida rural, dificultam, impedem mesmo, a difusão do ensino.

Segundo elementos que nos foram prestimosamente enviados pelo Dr. M. A. Teixeira de Freitas, Diretor de Estatística da Educação e Saúde era o seguinte, em 1940, a situação do ensino primário na bacia do São Francisco:

ESTADO DE ALAGÓAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Litoral e Mata:</i>			
Coruripe	14	20	806
Igreja Nova	16	20	864

Limoeiro de Anadia	23	26	1.013
Penedo	37	63	2.800
Piassabussú	15	21	755
Porto Real do Colégio	11	15	608

Zona do Sertão Alto:

Mata Grande	13	17	784
Palmeira dos Índios	39	64	2.743
Santana do Ipanema	28	33	1.367

Zona do Sertão do Baixo São Francisco:

Água Branca	17	20	950
Arapiraca	15	24	1.099
Marechal Floriano ..	7	7	238
Pão de Açúcar	19	25	901
Traipú	23	26	1.106

ESTADO DE SERGIPE

Zona do Litoral:

Cedro (Darcilena ...)	16	16	678
Jaboatão (Japoatã) ..	14	14	571
Japarutuba	22	23	959
Muribeca	9	9	408
Neopolis	14	19	890
Propriá	32	39	1.582
S. Francisco (Parapi-tinga)	13	13	532

Zona do Sertão do Baixo São Francisco:

Canhoba	9	10	436
Garurú	8	8	359
Porto da Folha	11	16	473

Zona do Sertão:

Aquidabã	15	15	685
N. Senhora da Glória	6	6	248

ESTADO DE PERNAMBUCO

Zona do Agreste:

Bom Conselho	31	38	1.704
Pesqueira	65	81	3.033

Zona do Sertão Baixo:

Alagôa de Baixo (Sertania)	34	40	1.347
Belém (Jatinã)	9	9	383
Bôa Vista (Coripós)	7	7	307
Cabrobó	6	6	248
Custódia	20	20	629
Floresta	13	17	797
Itaparica (Petrolância)	16	16	617
Leopoldina (Parnamirim)	5	5	192
Moxotó	9	9	376
Petrolina	18	37	815

<i>Zona do Sertão Alto do Leste:</i>			
Águas Belas	17	18	783
Buique	19	19	764
Pedra	9	9	408
Rio Branco (Arco-verde)	20	22	846

<i>Zona do Sertão Alto do Oeste:</i>			
Afogados da Ingazeira	32	32	1.401
Belmonte (Manissobal)	12	12	570
Bodocó	11	11	465
Exú	9	9	351
Flôres	24	24	1.169
Ouricuri	10	11	393
Salgueiro	14	16	550
São Gonçalo (Araripina)	9	9	374
São José do Egito ..	17	17	769
Serra Talhada	26	26	1.056
Serrinha (Serrita) ..	12	14	499
Triunfo	22	39	1.494

ESTADO DA BAIÁ

<i>Zona do Sertão Nordeste:</i>			
Campo Formoso	7	10	621
Jeremoabo	6	8	444

<i>Zona do Sertão do São Francisco:</i>			
Casa Nova	7	9	489
Curaçá	8	8	432
Gloria	6	6	318
Juazeiro	23	32	1.753
Pilão Arcado	5	5	257
Remanso	8	9	470
Sento Sé	4	4	199

<i>Zona Central:</i>			
Jacobina	12	19	932
Saúde	5	5	286

<i>Zona da Chapada Norte:</i>			
Bom Sucesso (Ibitiara)	2	2	71
Brotas de Macaúbas	5	5	341
Irecê	3	4	285
Macaúbas	3	7	262
Morro do Chapéu ..	12	14	779
Oliveira dos Brejinhos	2	2	112
Santo Inácio	2	2	80

<i>Zona da Chapada Sul:</i>			
Caitité	23	39	1.489
Guanambi	6	8	318
Jacaraci	5	5	257
Palmas de Monte Alto	6	6	266
Paramirim	9	9	527
Riacho de Santana ..	6	6	273
Urandi	9	9	422

<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Barra	16	31	940
Bom Jesus da Lapa ..	6	9	460
Carinhanha	6	6	355
Xique-Xique	4	6	360
Rio Branco (Paratinga)	7	11	574

<i>Zona do Planalto do Oeste:</i>			
Angical	4	4	227
Barreiras	10	15	786
Correntina	3	3	207
Cotegipe	7	7	355
Rio Preto (Ibipetuba)	6	10	406
Santa Maria da Vitória	5	5	343
Santana	4	4	208

ESTADO DE MINAS GERAIS

<i>Zona de Itacambira:</i>			
Espinosa	8	17	608
Grão Mogol	16	20	747
Monte Azul	4	13	563
Porteirinha	9	9	404

<i>Zona do Alto Jequitinhonha:</i>			
Diamantina	39	87	3.260

<i>Zona Metalúrgica:</i>			
Belo Horizonte	103	1.254	31.895
Belo Vale	20	23	1.427
Betim	19	50	2.349
Bonfim	24	31	1.511
Brumadinho	18	21	1.223
Caeté	20	35	1.719
Conceição do Mato Dentro	40	76	2.930
Congonhas do Campo	7	21	727
Conselheiro Lafaiete	43	151	4.543
Cordisburgo	10	20	1.046
Jaboticatubas	18	28	1.515
João Ribeiro	20	37	1.691
Itabirito	17	36	1.281
Lagôa Dourada	12	12	927
Lagôa Santa	1	15	586
Mateus Leme	19	26	1.155
Nova Lima	20	75	2.735
Ouro Preto	45	90	3.260
Paraopeba	20	40	1.547
Pedro Leopoldo	26	77	2.781
Resende Costa	8	21	781
Sabará	10	37	1.484
Santa Luzia	19	59	2.268
Santa Quitéria (Esmeraldas)	11	27	1.302
Sete Lagôas	34	94	4.220

<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Brasília	9	20	958
Coração de Jesus ...	17	31	1.347
Francisco Sá	15	26	1.056
Januária	30	59	2.464
Manga	13	22	982
Montes Claros	35	79	3.373
São Francisco	10	20	756

<i>Zona do Alto São Francisco:</i>			
Abaeté	19	57	1.918
Bocaiúva	14	43	1.830
Buenópolis	6	17	564
Corinto	16	38	1.514
Curvelo	26	63	2.355
Pirapora	18	39	1.565
Pompeu	6	20	763
Tiros	7	14	678

Zona do Oeste:

Arcos	14	30	1.513
Bambuí	16	35	1.610
Bom Despacho	30	53	2.458
Carmo da Mata	9	24	987
Cláudio	11	25	1.057
Divinópolis	22	60	2.167
Dores do Indaiá	18	55	1.657
Formiga	36	86	2.899
Guia Lopes	2	5	214
Itapecerica	22	54	1.901
Itaúna	34	84	2.963
Lagôa da Prata	5	16	752
Luz	16	38	1.566
Martinho Campos ...	6	17	948
Oliveira	32	93	2.921
Pará de Minas	38	75	3.544
Passa Tempo	13	25	1.095
Pequi	6	23	952
Pitangui	26	84	3.168
Piúí	9	34	1.298
Santo Antonio do Monte	31	31	1.359

Zona do Alto Parnaíba:

Carmo do Parnaíba .	6	24	882
Ibiá	15	38	1.285
Patos de Minas	24	65	2.267
Rio Parnaíba	9	15	385
São Gotardo	14	45	1.238

Zona do Urucutã:

João Pinheiro	6	10	418
Paracatú	21	50	2.019
Presidente Olegário .	1	6	257
São Romão	5	12	404

Total 2.603 5.755 213.890

Novas escolas primarias têm sido fundadas e segundo elementos posteriormente recebidos houve proporcionalmente maior aumento de unidades escolares nas zonas mineira e pernambucana da bacia do São Francisco.

O maior número de estabelecimento é de ensino fundamental, (comum e supletivo), como se vê pela classificação dos elementos arrolados:

Gráo de ensino	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
Pre-primário	19	101	2.671
Fundamental	2.508	5.245	208.789
Complementar ...	76	409	2.430
Total	2.603	5.755	213.890

II — ENSINO PEDAGOGICO

As necessidades do ensino na bacia do São Francisco deram lugar a que se cogitasse do preparo de professores primários na própria

região que, já em 1939, contava com a seguinte organização:

ESTADO DE ALAGOAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Litoral e Mata:</i>			
Penedo	3	20	132

ESTADO DE SERGIPE

<i>Zona do Litoral:</i>			
Propriá	1	8	69

ESTADO DE PERNAMBUCO

<i>Zona do Agreste:</i>			
Pesqueira	1	5	62
<i>Zona do Sertão Baixo:</i>			
Petrolina	1	11	112

ESTADO DE BAIÁ

<i>Zona da Chapada Sul:</i>			
Caitité	1	12	105
<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Barra	1	12	42

ESTADO DE MINAS GERAIS

<i>Zona do Alto Jequitinhonha:</i>			
Diamantina	1	10	83
<i>Zona Metalurgica:</i>			
Belo Horizonte	10	139	1.265
Conceição	1	9	59
Conselheiro Lafaeite	2	17	52
Nova Lima	1	11	10
Ouro Preto	1	10	48

<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Curvelo	1	9	75
Januária	1	8	39
Montes Claros	1	11	90

<i>Zona do Alto São Francisco:</i>			
Abaeté	1	11	20

<i>Zona Oeste:</i>			
Divinópolis	1	7	35
Dores do Indaiá	2	12	80
Formiga	2	18	39
Itapecerica	1	10	31
Itaúna	1	8	63
Oliveira	1	8	71
Pitangui	2	12	36
Piúí	1	11	30

<i>Zona do Alto Parnaíba:</i>			
Patos de Minas	1	8	42
São Gotardo	1	11	20

<i>Zona do Urucutã:</i>			
Paracatú	1	9	27
Total	43	436	2.804

O maior número de estabelecimento é destinado ao preparo de professores primários. Ao sul da bacia, no Estado de Minas Gerais, encontrava-se em 1943, 24 escolas normais do primeiro e 60 do segundo grão, em funcionamento.

III — ENSINO SECUNDARIO

Revelam as estatísticas referentes ao ano de 1939 que o ensino secundário, vinha sendo ministrado em 41 estabelecimentos com o seguinte movimento:

ESTADO DE ALAGOAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Litoral e Mata:</i>			
Penedo	1	11	70

ESTADO DE PERNAMBUCO

<i>Zona do Agreste:</i>			
Pesqueira	1	9	23
<i>Zona do Sertão Baixo:</i>			
Petrolina	1	9	107

ESTADO DA BAÍA

<i>Zona da Chapada Sul:</i>			
Caitité	1	12	75

ESTADO DE MINAS GERAIS

<i>Zona do Alto Jequitinhonha:</i>			
Diamantina	1	12	135

<i>Zona Metalurgica:</i>			
Belo Horizonte	20	306	5.260
Conceição do Mato Dentro	1	9	50
Conselheiro Lafaiete	2	14	81
Ouro Preto	4	44	502
Sete Lagôas	1	10	133

<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Januária	1	11	51
Montes Claros	2	26	89

<i>Zona do Alto São Francisco:</i>			
Curvelo	1	6	24

<i>Zona Oeste:</i>			
Dores de Indaiá	1	12	138
Formiga	1	9	163
Óliveira	1	12	87
Pará de Minas	1	12	163
	41	524	7.151

Informações colhidas em 1943 incluem novos estabelecimentos de ensino secundário nos municípios de Triunfo (Pernambuco) Juazeiro (Baía), Congonha do Campo, Diamantina, Divinópolis, Dôres de Indaiá e Patos (Minas Gerais).

IV — ENSINO TÉCNICO

Doméstico — A prova da população do São Francisco desejar se instruir está na aceitação do ensino doméstico que, apesar de ainda pouco compreendida a sua alta finalidade, já em 1939, estava assim representado:

ESTADO DE PERNAMBUCO

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Agreste:</i>			
Bom Conselho	4	8	201

<i>Zona do Sertão Baixo:</i>			
Alagoas de Baixo ...	1	1	32

ESTADO DA BAÍA

<i>Zona do Sertão do São Francisco:</i>			
Gloria	1	1	12

<i>Zona da Chapada Sul:</i>			
Caitité	1	2	27

<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Barra	1	1	6

ESTADO DE MINAS GERAIS

<i>Zona Metalurgica:</i>			
Belo Horizonte	5	12	489
Caeté	1	4	61
Conceição	1	2	98
Ouro Preto	1	2	45
Sete Alagoas	1	4	43
	17	37	1.014

As condições da vida social e econômica em a maioria das zonas compreendidas na bacia do São Francisco podem ser profundamente modificadas sob a influência do ensino doméstico que precisa e deve, tanto quanto as outras modalidades do ensino profissional, ser desenvolvido e amparado.

Comercial — Na mesma época estava o ensino comercial assim distribuído:

ESTADO DE PERNAMBUCO

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Sertão Baixo:</i>			
Alagôa de Baixo (Sertânia)	1	5	36

ESTADO DE MINAS GERAIS

<i>Zona Metalurgica:</i>			
Belo Horizonte	7	59	885
Conselheiro Lafaiete	1	5	56
Nova Lima	2	7	32
Sete Lagôas	3	17	138

<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Montes Claros	2	24	67

1616	117	1.214
------	-----	-------

Em 1943 figuravam também com estabelecimentos de ensino comercial os municípios mineiros de Itabirito e Ouro Preto.

Industrial — O ensino industrial é ministrado em Belo Horizonte com um total de 3 estabelecimentos, 27 professores e 370 alunos.

V — ENSINO ARTÍSTICO

Embora relativamente pouco difundido estava o ensino artístico, na mesma época, assim representado:

ESTADO DA BAÍA

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Médio São Francisco:</i>			
Barra	1	1	15

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona Metalúrgica:</i>			
Belo Horizonte	18	48	184
<i>Zona Oeste:</i>			
Formiga	1	1	120
Oliveira	2	2	60
	22	52	379

VI — ENSINO SUPERIOR

Há entre os estabelecimentos de ensino superior situados na bacia do São Francisco alguns verdadeiramente tradicionais e universalmente acatados pela idoneidade como ocorre, por exemplo, com as velhas Escolas de Minas e de Farmácia de Ouro Preto.

Os estabelecimentos existentes estão assim distribuídos:

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Alto Jequitinhonha:</i>			
Diamantina	2	10	36
<i>Zona Metalúrgica:</i>			
Belo Horizonte	12	163	1.454
Ouro Preto	2	44	125

Zona Oeste:

Divinópolis	17	222	1.632
-------------------	----	-----	-------

VII — DIVERSOS ENSINOS

Além das modalidades discriminadas encontram-se na bacia do São Francisco outros estabelecimentos de ensino com o seguinte movimento:

ESTADO DE ALAGÓAS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Litoral e Mata:</i>			
Penedo	3	3	20

ESTADO DE PERNAMBUCO

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Sertão Baixo:</i>			
Alagôa de Baixo (Sertânia)	1	1	13
Petrolina	1	6	16

ESTADO DE MINAS GERAIS

	Unid. escol.	Corpo docente	Matr. geral
<i>Zona do Alto Jequitinhonha:</i>			
Diamantina	1	15	49
<i>Zona Metalúrgica:</i>			
Belo Horizonte	48	229	2.890
Congonhas do Campo	1	8	41
Ouro Preto	2	8	183
Santa Luzia	1	1	32
Sete Lagôas	1	1	33
<i>Zona Oeste:</i>			
Formiga	1	2	16
Oliveira	1	1	14
	61	275	3.307

Observa-se a ausência de estabelecimentos de ensino técnico-profissional no centro, norte e nordeste da bacia.

Espera-se, entretanto, em face do programa de incentivo as atividades agro-industriais traçado para a Bacia do São Francisco, que o ensino técnico-profissional, em acôrdo com as peculiaridades inerentes ao meio, tenha, oportunamente, o necessário desenvolvimento.

LAVRADOR! CRIADOR!

FORTALECE A TUA CLASSE INSCREVENDO-TE NA "ASSOCIAÇÃO RURAL" DO TEU MUNICÍPIO; SE ESTA NÃO EXISTIR AINDA, FUNDA UMA, DENTRO DOS MOLDES DO DECRETO-LEI 8.127, DE 24 DE OUTUBRO DE 1945.

A SECRETARIA DA S. N. A. TE PRESTARÁ TODOS OS ESCLARECIMENTOS A RESPEITO.

História da Indústria Açucareira no Nordeste

O Papel Social de Catende

Conferência pronunciada pelo Dr. João de Albuquerque Maranhão no Salão de Sessões da Sociedade Nacional de Agricultura, no dia 22 de abril de 1949:

“SENHORES, Inicialmente, devo dizer-vos que a minha palestra tem a verdadeira significação do vocábulo, isto é, “conversa à lareira”, tipo vovô índio, cavaco, como diziam os nossos avós e modernamente se diz *bate-papo*.

Não espereis ouvir dissertações eruditas sobre complicados problemas de sociologia e ecologia, e ainda menos sobre indagações de ordem filosófica. O meu pobre verbo não possui os remígios do condor que se alcandora aos píncaros nevados dos Andes, mas o vôo baixo dos Janduis dos taboleiros ardentes do nordeste, onde tive a felicidade de nascer. Sou apenas um narrador genuinamente brasileiro, filho, neto e bisneto de Senhor de Engenho, interessado somente em ser útil aos meus contemporâneos ou às gerações futuras. Escolhi o dia 22 de Abril por ser aquele em que o Brasil foi integrado na civilização cristã, e se fez nação!

Vejamos o que diz a História da Colonização Portuguesa do Brasil, Vol. II pág. 64: “Dia 21 de Abril — enxergaram filamentos verde-escuros ou amarelentos na superfície do mar. Sargaços de plagas ocidentais. Sinais de terra próxima. Dia 22 de abril — andorinhas voando e fisingando cêvos (iscas). Pela manhã e a horas de véspera o gavea do capitânea rebentava vitorioso “Terra”. E os contornos da terra vão se delineando, lentamente, percebendo-se primeiramente um monte alto e arredondado para o sul. Azulavam-se no céu luminoso umas serras baixas a perder de vista”. Este monte, a que se refere o cronista medieval, era o monte Pascoal. Isto posto, senhores, o dia exato do descobrimento da terra de Vera-Cruz foi o 22 de Abril. A 4.ª feira do Outavario da Páscoa do ano de 1500 caiu no dia 22 de Abril. A certidão de idade de nossa Pátria, que é a saborosa carta de Pero Vaz de Caminha, foi escrita poucos dias depois. Esta carta foi publicada pela primeira vez em 1817, segundo a obra citada, pág. 85. É dela este trecho delicioso, que nunca é demais recordar:

“A terra em tal maneira é graciosa, que quero-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por

bem das águas que tem”. Vê-se, destarte, que, entre os dados geográficos daquele documento, está a localização da “ilha” descoberta (assim o supunham os companheiros de Cabral), bem como a sua descrição com alusões à formosura da terra, à vegetação e às águas. A reforma do calendário Juliano pelo Papa Gregório XIII, em 1852, mudou a data de nascimento de nossa Pátria para 3 de maio; mas, sendo a diferença de 10 dias, a data comemorativa seria 2 de maio.

A primeira missa em terra foi rezada no dia 1.º e a esquadra de Cabral partiu no dia 2 do mesmo mês para a Índia.

A Bahia, berço da nacionalidade e, atualmente, novo marco da grandeza econômica do Brasil, está em festa pelo transcurso dos 4 séculos da fundação da cidade do Salvador. Foi lá que se lançou a pedra fundamental da Nação.

Parabens à nossa avósinha pelo advento dos seus 4 séculos de luminosa existência.

Senhores: esta palestra encerra a síntese de um livro que, querendo Deus, ainda este ano sairá do prelo com o título: — “O açúcar no nordeste, (O exemplo da obra econômico-social de Catende).”

Encerrando, voluntariamente, minhas atividades burocráticas em 1947, parti em Junho de 1948 para Pernambuco, a fim de rever, no Recife, amigos e parentes e recordar o tempo melhor, isto é, o da adolescência. Entretanto, não me quedei em Recife. Visitei o “hinterland” do grande e próspero Estado. Revi a cidade de Curuarú, localizada na entrada do sertão, por isso que ali termina a zona da mata. Bonita e sempre próspera, esta cidade, que há 37 anos eu não via, ostenta hoje apreciável parque industrial e nos oferece um espetáculo grandioso, por ter sido edificada sobre um planalto, onde se mostra entre o verde-escuro dos avelozes e a brancura imácua do casário moderno.

Mas, meus senhores e minhas senhoras, já é tempo de abordarmos o assunto principal desta conversa em família, começando pela pitoresca história de:

UMA FAMÍLIA TÍPICA DO VELHO BRASIL

O povoamento do norte do Brasil, por brasileiros natos, nós o devemos a uma pequena e deliciosa história de amor, misto de idílio

e perspectiva de sacrifício. Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco, entre os aristocratas de sua comitiva trouxe para o Brasil, em 1535, seu cunhado Jerônimo d'Albuquerque, fidalgo português da melhor estirpe, descendente de D. Diniz, 6.º Rei de Portugal (1261.1325). Jerônimo era um guapo rapaz dado às armas, como bom parente de Afonso d'Albuquerque, o herói das Índias e que foi o mais ilustre dos homens de guerra portugueses do século XVI.

Vindo para Pernambuco, como acima foi dito, em companhia de seu cunhado, aí se radicara desde 1535, distinguindo-se nas crueltas lutas contra os ameríndios, as quais se seguiram ao início da colonização.

Os indígenas batidos e derrotados não deixavam, vez por outra, de atacar os colonizadores. Assim é que numa dessas refregas foi o fidalgo português ferido numa vista por certa flexa dos Tabajaras, que o fizeram seu prisioneiro de guerra. É admirável o valor e a coragem com que aquela gente indômita resistia aos pelouros e arcabuzes dos colonizadores, simplesmente armados de flexas e tangapemas. O gentio, entretanto, não sacrificava

imediatamente o prisioneiro apanhado de armas na mão. Durante muitos dias ele ficava detido na *ocara*, e, se estava ferido, só era sacrificado, com festas pagãs, quando restabelecido dos seus ferimentos.

A nobresa de sentimentos daquele povo leal e valente atingia a perfeição de ordenar que o prisioneiro de guerra se defendesse na hora do sacrifício, lutando, armado, com guerreiro indígena que brandia a tangapema ou lacape, adornado de penas para a festa fúnebre.

Obedecia, ainda, ao ritual daquela cerimônia macabra o caridoso costume de serem os prisioneiros feridos tratados pelas virgens mais formosas da tribo. Ora, entre as moças escolhidas para enfermeiras de Jerônimo estava a linda princesa Ameraba Muira-Ubi, filha adorada de Arco-Verde, mur abirada dos Tabajaras, depois batizada com o nome cristão de Maria do Espírito Santo, que foi a Pacahontas brasileira. Por intervenção da filha de Arco-Verde, cacique dos Tabajaras, Jerônimo de Albuquerque escapou da morte, quando já condenado a ser o repasto da tribo. Foi também por intervenção da filha de um cacique

A INDÚSTRIA DO AÇUCAR NO NORDESTE



Em cima, aspecto da Mesa, com o orador, Dr. João de Albuquerque Maranhão, à tribuna.
Em baixo, parte da assistência.

que o colonizador inglês John Smith, como diretor do primeiro núcleo de colonos que se estabeleceu às margens do James-River, nos Estados Unidos, da América do Norte, foi salvo da morte, quando já tinha a cabeça sobre a pedra sacrificial. O chefe da tribo Powhatan, foi o Arco-Verde brasileiro, como progenitor de Pacahontas. John Smith tem hoje a sua estátua no Capitólio, em Washington. Jerônimo de Albuquerque é apenas conhecido pelos eruditos do Brasil como o "Torto" ou ainda pela autonomia de Adão Pernambucano, e nada mais. A princesinha pernambucana Huiru. Ubi fôra a eleita do destino para formar o primeiro Lar brasileiro no Norte, assim como suas patricias, Bartira e Paraguassú, respectivamente filhas de Tibiriçá e Taparica, já haviam construído os lares do sul e do meio do Brasil, unindo-se aos europeus João Ramalho e Diogo Alvares, o Caramurú, em S. Paulo de Piratinga e na Bahia, respectivamente.

Vence, destarte, o coração sentimental da mulher puramente brasileira e do enlace de Maria do Espírito Santo com Jerônimo de Albuquerque começa em Pernambuco, que dá feição a todo o Norte, a prole de que faz parte o insigne mameluco Jerônimo de Albuquerque Maranhão, "uma das mais vivas e sugestivas figuras do Brasil nordista", nascido em Olinda no ano de 1548, primeiro capitão mór do Rio Grande do Norte e seu verdadeiro conquistador, fundador de Natal, construtor do Forte dos Reis Magos e glorioso conquistador do Maranhão, onde faleceu em 11 de fevereiro de 1618, com 70 anos de idade, em um sábado, dia dedicado à Nossa Senhora (Frei Joboatão Orbi Serafico e Brazílico pág. 203).

Em 2 de maio de 1604, êste neto de Arco-Verde fundou o Engenho "Cunhaú, entre Paraíba e o Rio Grande do Norte, no atual Município de Canguaretama, antiga Vila-flôr.

Era sua irmã a formosa mamaluca D. Catarina de Albuquerque, espôsa do fidalgo Florentino Phelipe de Cavalcanti, um dos mais esclarecidos varões daquela República.

Interrogado por alguém, em certo dia, por que, sendo fidalgo, casara com a neta de um bugre, respondeu: "Neta de bugre, não: neta de Rei!" Os caciques ou morubixabas eram considerados reis, no Brasil antigo. Entre os sete outros mamalucos, filhos de Jerônimo de Albuquerque com a princesa Arco-Verde, figura D. Brites de Albuquerque, sobrinha da célebre D. Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho, Regente de Pernambuco, de 1540 a 1560, como tutora de seu filho Duarte Coelho de Albuquerque, herdeiro e sucessor daquela Capitania. Foi a primeira mulher estadista de todas as Americas. D. Brites, a mamaluca, casaram em segundas núpcias com Cibaldo Lins, fidalgo alemão, natural de Augusta *fidilicorum*, no império da Alta Alemanha, hoje Baviera. Foi legitimada na forma do Direito Romano "per escritura princeps", que equiparava os filhos ilegítimos aos nascidos de

justas núpcias. Era D. Brites viúva de Gaspar Dias de Ataíde, que viveu em Olinda no ano de 1580. (Ademar — Nação de Cabeças Chatas — Copyright dos Diários Associados — Rio).

Dêsse tronco vigoroso vem, pode-se dizer, a história do Nordeste, espriado pelo resto do país. O Fidalgo Jerônimo de Albuquerque, filho de Lopo de Albuquerque, por alcunha o "Bode", passou à História do Brasil com a autonomia de Adão Pernambucano, por ter deixado uma descendência de 24 filhos. Em resultado de seu romance de aprisionamento, perspectiva de sacrifício e idílio, uniu-se à moça indígena, que o salvou da morte e dela teve 8 filhos, que reconheceu como legítimos. Porém não foi bastante esta união para que Jerônimo deixasse de ter mais cinco filhos, havidos de outras mulheres, assim brancas como índias, e a todos os quais, que fizeram o número de treze, tratou sempre com muita ternura e perfilhou antes de casar com D. Felipa de Mello, filha de Christovão Mello, governador interino, por insinuação da rainha D. Catarina, avó do infante D. Sebastião, que fôra sabedora da vida licenciada de Jerônimo em Olinda, antiga Marinha dos Tabajaras. O gosto pela poligamia daquele fidalgo ou daqueles nobres escreve Gilberto Freire à fls. 80 da Interpretação do Brasil, parece ter feito antes herdeiros das tradições puras do que das tradições cristãs e europeias de moralidade sexual. Além de ter sido o tronco principal das mais ilustres famílias pernambucanas, foi Jerônimo que lançou as bases da civilização da cana de açúcar no Norte do Brasil com a fundação do primeiro grande engenho que houve em Pernambuco nos arredores de Olinda e tomou o nome de Nossa Senhora da Ajuda, passando depois a chamar-se "Engenho Velho", no local hoje conhecido por Forno da Cal.

Foi ele o fundador da nossa antiga principal riqueza. Isto posto, a Princesa Muira-Ubi, unindo-se de corpo e alma ao rei de seu coração, fê-lo para dominar por ele toda a valente Nação Tabajára, que, vivendo em paz duradoura, deu mais tarde aos portugueses apóio decisivo na conquista de todo o Norte do Brasil.

Jerônimo de Albuquerque faleceu em 1594, no exercício pleno de Governador de Pernambuco, em que foi sucedido por Alexandre de Moura e assim outros pelo tempo adiante. São de Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão os seguintes conceitos sobre seu governo naquela Capitania: — ("Nestas citações, conservámos sempre a sintaxe e até a ortografia do texto original, quando possível) — "Este foi o primeiro estado da Capitania de Pernambuco por espaço de sessenta a setenta anos desde o de 1530 até o de 1593, em que aqui a deixamos na posse, o governo dos seus primeiros Donatarios Duarte Coelho Pereira e seu filho Duarte de Albuquerque Coelho, e de seu tio Jerônimo de Albuquerque, como governador e subs-

tituto seu. Quem a quizer ver até o tempo presente, o aumento a que chegou, a sua riqueza, a liberalidade, fortaleza, e constância de seus moradores, a sua lealdade aos Reis, seus Senhores, e sobretudo a pureza de sua fé para com Deus, particularmente no dilatado e penoso cativo de vinte e quatro anos, que gemeu debaixo do pezado e tirano jugo dos heres Holandezes, em que pela pátria e pela Lei derramarão o sangue e perderão as vidas e fazendas; as suas gloriosas vitórias e total restauração até o presente tempo, poderá recorrer aos Autores que disso tratão e em resumo o da América Portuguesa. E se este não agradar por lhe parecer escreve com pena encarecida, e porque a nossa não pareça também, como natural; pomos aqui, em poucas e singelas palavras, o que da Província de Pernambuco diz um escritor grave, e sincero e não natural e escrevendo a outro intento: “Entre as quatorze Capitánias que dividem a Costa Marítima e meridional do Brasil, a mais florente, fértil e opulenta, é a de Pernambuco. O seu clima é um segundo Paraizo, em ares vitais e benignos. O terreno é outra nova terra da Promissão, estendido com varges e campinas, vestido todo já de verdes, já de amarelos canaviais, que quantos torroens tem são outros tantos torroens de açúcar. Tem grandes Engenhos Reais, que trabalhando todo o ano não podem acabar de frutos. O páu Brasil, que cria é o mais precioso; porque deles se tirão sete tintas; a Gente, a Política, a Nobreza, a Opulência, o Comércio, os Edifícios e as Riquezas são as melhores de toda a América e as delícias são como as do Paraizo do Novo Mundo.” Como se vê, Frei Antonio de Santa Maria Jaboação, “segundo o método dos cronistas e historiadores do Brasil colonial, segundo ensina Almir de Andrade em sua “Formação da Sociologia Brasileira — pág. 75, “não tinha a cultura científica necessária, para se pôr em dia com os movimentos que se ensaiavam na Europa, desde a época de Descartes. (1596-1650). Os da primeira metade do Século XVIII — como Rocha Pita — e todos os outros dos séculos XVII e XVI, mesmo

que alguma cultura científica tivessem, como Gabriel de Souza, por exemplo — não poderiam ter avançado mais do que o fizeram, porque o próprio ambiente cultural europeu de então não lhes oferecia nenhum critério mais largo, nenhum método mais fecundo. A história ainda era, para os historiadores europeu e consequentemente também para os nossos, — um simples repertório de sucessos, mais ou menos concentrados em volta de certas figuras de homens ou de certas comunidades religiosas ou políticas. E assim permaneceu ela, durante os três primeiros séculos da formação brasileira”.

O AÇUCAR NO NORDESTE. O EXEMPLO DA OBRA ECONÔMICO-SOCIAL DE CATENDE

No livro a que acima nos referimos, a par de uma ligeira digressão pela história nacional do açúcar no nordeste, a partir do século XVI, nos ocupamos do advento de uma patriótica iniciativa, que honra sobremodo a quem a idealizou e a quem deu execução. Quem quer que neste país se interesse por assuntos de ordem econômica não deve ignorar que o sistema de plantação ou de monocultura latifundiária e patriarcal sobreviveu à monarquia e com raras e honrosas exceções continua a ser praticada pela maioria dos Estados da Federação Brasileira, notadamente pelos do Norte.

“Até o amanhecer do século XVIII nos utilizávamos dos velhos processos de fabricação do açúcar, a princípio por meio de pilões ou de mós, que foram substituídos pelos engenhos de três cilindros rotativos verticais, movidos por força hidráulica e que trabalharam sem tréguas até o século XIX. E o pior é que nenhum desses aparelhamentos foi criação brasileira. A velha maquinária, que produziu durante 250 anos a nossa antiga e principal riqueza, foi importada da América espanhola a conselho de um Padre, que esteve no Brasil no tempo de Diogo de Menezes, isto é, no século XVII, com procedência do Perú.

NATURA NON FACIT SALTUS

Há 138 anos, ou seja em 1810, o viajante inglês Henri Koster, cronista de mérito, que mereceu dos doutos o epíteto de exato Koster, chegando ao Recife e pondo-se, imediatamente, em contacto com a terra e com a gente do nordeste, verificou... “que ficaram admirados ao saber que não era o Brasil o único país no qual se produzia açúcar”. Daí por diante a rotina se encarregou de manter todos os erros, agravados com a lei do menor esforço, que cria dificuldades no futuro com os expedientes adotados, para afastar as do presente. A cultura extensiva, ocupando centenas de quilômetros de terras exaustas pelo trabalho ininterrupto de 4 séculos, fez a ruína do trabalhador rural, que passou a viver pior que os escravos do Brasil colonial e diminuiu a

PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do médico-Veterinário
DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R i o

produção da matéria prima. Ademais, os erros políticos-administrativos, acumulados sobre o assunto, têm causado maior dano ao agricultor brasileiro que as trombas d'água, as sêcas periódicas, a floresta, a montanha, a erosão, o gafanhoto, a saúva, etc. Os nossos 32 milhões de cidadãos rurais vivem pèssimamente, porque o Ministério da Agricultura é um dos que têm menor verba ia dotação orçamentária! No corrente exercício financeiro logrou apenas obter Cr\$ 1.064.485,628! O D.A.S.P., dada a sua relativa importância no quadro dos altos interesses econômicos financeiros do País, foi melhor aquinhoado, porque logrou Cr\$ 25.060,880! O serviço de maior monta que êsse Instituto presta ao Brasil é a organização da proposta orçamentária, que sempre foi trabalho de rotina da antiga Diretoria do Gabinete do Ministério da Fazenda, iem maiores onus para o Erário Público. Eu penso que essa importância, aplicada na proteção de milhares de crianças desamparadas, que enchem os sertões dêsse Brasil imenso, ruidas de verminose e de um mundo de outras endemias, daria maior resultado para a economia do País. E isto é tanto mais exato quanto é verdade que se agrava dia a dia a praga do analfabetismo. Em 1946, possuíamos 30 milhões de analfabetos e temos hoje um total de Cr\$ 46.725,988 habitantes. Não é menos sombria a situação do nosso estado sanitário. O govêrno da União, com o sincero desejo de atender a tdos êsses problemas, de que depende a nossa sobrevivência como nação independente, tem pedido ao poder legislativo medidas de salvação pública. O plano "Salte," por exemplo, constitue uma nova esperança. Transporte, saneamento, e educação — eis a triade que desafia eternamente a argúcia dos govêrnos do Brasil! A precária situação em que se encontra, no Brasil, a infância abandonada desafia, há muito tempo, o socorro urgente e prático dos nossos govêrnos e bem assim a iniciativa particular dos nossos argentários. Não se trata, no caso, de resolver um problema de ordem genuinamente sentimental, mas de matéria de alta significação social e econômica. O menino de hoje é homem de amanhã (deixem passar o lugar comum, pois, antes de tudo, ele serve, em regra, para exprimir uma verdade). O elemento humano é mundialmente considerado assunto de grande relevância. Só o Brasil com os seus govêrnos disciplicentes não o tem encarado com o carinho que merece.

O ilustre Dr. Manoel de Arruda Câmara, notável botânico brasileiro, autor da flora pernambucana, que a sua morte deixou incompleta, era homem empreendedor e entusiasta da botânica. Seus altos conhecimentos deviam interessar qualquer govêrno providente, especialmente num País incultivado, mas sempre em desenvolvimento. Em sua carta-testamento, dirigida ao seu discípulo amado, Padre João Ribeiro, vítima da contra-revolução republicana de 1817, em Pernambuco, entre outros con-

selhos de relevante importância para o futuro da Pátria, dizia... "Como assim com o atrazo da gente de côr; isto deve cessar para que logo que seja necessária se chamar aos lugares públicos, haver homens para isto, porque jamais pode progredir o Brasil sem eles intervirem coletivamente em seus negócios; não se importem com essa acanhada e absurda aristocracia cabunda, que há de sempre apresentar obstáculos. Com monarquia ou sem ela, deve essa gente de côr ter ingresso na prosperidade do Brasil." José Bonifácio, anos depois, tivera para o fundamento do nosso progresso idênticas visão política. Mas o Brasil não gosta de dar ouvidos aos seus grandes homens e por ser assim é que a nossa incipiente democracia vive em constantes apuros. Ou progredimos ou desapareceremos, foi a advertência que há quasi meio século nos fez o sábio Oswaldo Cruz. Pois bem, ali no Sul do Estado de Pernambuco, um usineiro, premido pela dura lei da necessidade (necessitas Aret legem) tomou a corajosa iniciativa de irrigar e adubar os canaviais de suas terras pelos métodos técnicos científicos, procurando destarte resolver o problema que saltava aos olhos de todo o mundo, isto é, transformar os métodos absoletos de plantação no sentido de aproveitamento intensivo e não extensivo da terra. Esse usineiro chama-se Antonio F. da Costa Azevedo, universalmente conhecido em Pernambuco por "Tenente". Sim, foi êsse o apelido que lhe deu a sabedoria popular. O homem nordestino, a par da sua singular capacidade de trabalho, resistência e tenacidade na luta pela vida, possui inteligência pronta e a deliciosa verve de seu espirito, tem quasi sempre profundos juizos filosóficos. Antonio F. da Costa Azevedo é realmente o "Tenente", isto é, aquele que comanda superiormente a indústria agrícola em Pernambuco, com tenacidade, espirito inventivo, e sobretudo espirito de disciplina e de ordem. Foi ele o benemerito precursor de um sistema. A história do açúcar em Pernambuco, senhores, pode-se afirmar, está compreendida entre dois grandes períodos representados por dois nomes ilustres da nossa Pátria: Duarte Coelho Pereira e Antonio F. da Costa Azevedo, que viveram respectivamente no século XVI e no século XX.

Para ilustrar este capítulo contarei um episódio interessante da visita que fez a Catende o general Newton Cavalcanti, quando Comandante da 7.ª região militar, a quem deu o brilho dos seus inegáveis talentos de administrador. O General Newton em tal maneira se interessou pela obra Social de Catende que a administração da Empresa ali instalou, sob seus auspícios, o "Nucleo de Escoteiro" que tomou o seu nome ilustre. Quando o General, hospede do Solar de Catende, se preparou para ver a obra ciclopica que o Engenheiro Apolônio Sales realizou nos canaviais da Usina irregulando-os, e adubando-os para produzi-

rem menos de vinte, apresentou-se ao sr. Antonio Costa Azevedo dizendo-lhe. "Estou as suas ordens "Tenente".

O poeta repentista pernambucano Manoel Monteiro, que acompanhou como jornalista de Recife a excursão do General Newton Cavalcanti ouvindo-o, aproximou-se e respeitosa-mente, pedindo licença ao General declamou:

"Agora no Estado Novo
Tudo é muito original
O Tenente de Catende
Já comanda um General.

E partiram, alegremente, para ver o belo mar de esmeralda dos canaviais pernambucanos, hoje opulentos graças à corajosa iniciativa de Costa Azevedo, aliada à técnica científica de Apolonio Sales.

A fábrica de adubos de Catende é a primeira instalada no mundo e devemos-la a uma invenção do técnico maranhense Dr. José Brito Pinheiro Passos, Diretor industrial da mesma Usina que a projetou e mandou construir com a sua fiscalização pessoal na Alemanha.

Esta fábrica encerra um mundo de benefícios, pois além de preparar o adubo necessário ao revigoramento das terras exaustas por 4 séculos de cultura da cana de açúcar em Pernambuco, melhorando a qualidade da matéria prima o que vale dizer aumentando o seu rendimento em sacarose, elimina o mal que os resíduos da fabricação do álcool vai fazer às populações ribeirinhas pela poluição das águas dos rios donde tiram o peixe para se alimentar, daí frequentemente resultando intoxicações inevitáveis. O adubo preparado em Catende é ensacado e conduzido para os campos onde é utilizado. A capacidade da fábrica em exame é de 5 mil toneladas por ano e, ultimamente, produziu 3981 toneladas.

ASSISTENCIA SOCIAL

Do mesmo modo que atenta para os problemas de economia agrícola e industrial, a Diretoria da Usina Catende acompanha a tradição desta Empresa, do mais alto aprêço pela assistência ao elemento humano, relacionado com as suas atividades polimórficas. Assim é que, prosseguindo na manutenção dos conhecidos serviços de assistência escolar de proteção à maternidade, de puericultura, de combate às endemias, de profilaxia das moléstias contagiosas, de amparo à infância desvalida, de recreação, de melhoria das habitações, seguros de vidas *fóra de qualquer obrigação legal* e independentemente de descontos ou contribuições, tem a Diretoria organizado uma excelente Policlínica, que tomou o nome do notável higienista pernambucano Gouvêa de Barros, e ora em pleno funcionamento. Nesse grande estabelecimento médico-hospitalar se exercem os serviços de ambulatório,

odontologia, pequena cirurgia obstetricia, ginecológica, fisioterapia e clinica geral, com instalações adequadas e modernas. A instalação e a manutenção desses vários serviços de assistência social representam nos balanços anuais da Usina consideráveis verbas para uma Empresa particular, dentro do quadro geral de lucros modicos, por vèzes precários, da indústria açucareira nordestina. Mas os Diretores de Catende, Senhores, têm verdadeira compreensão dos deveres de solidariedade humana ao lado da percepção de que, contribuindo para melhora do nível de vida dos nossos trabalhadores, estaremos defendendo a ordem econômica e a harmonia social contra os artificios enganosos e dissolventes do extremismo, que somente vingam nos estados de insatisfação e abandono, e se anulam diante da valorização do homem no atendimento de suas necessidades elementares, tornando dispensável o uso de qualquer processo de violência, na repressão ao que cabe menos ao fação e a brutalidade, do que a prática efetiva de assistência social. Esta nobre atitude da Diretoria da Usina Catende S.A. se ajusta admiravelmente aos principios cristãos, vasados nos moldes da Enciclica Rerum Navarum do Sumo Pontífice — Leão XIII (Joaquim Pecci, nascido em Carpinetto — Italia em 1810, papa de 1878 a 1903, isto é, um quarto de século durante o qual com o sublime espirito de tolerância e o seu gênio de grande envergadura, manteve a Paz no mundo e lançou a semente dos ideais de confraternização do capital com o trabalho nestas poucas palavras lapidares: "A propriedade pública não pode abulir a propriedade individual. Pode, porém, temperar-lhe o uso, conciliá-la com o bem comum). A Usina Catende, S.A., senhores, não se interessa apenas pelo operário para tirar proveito do seu trabalho, na pujança das suas forças físicas. Ela mantém uma *Vila de Aposentados*, em um dos bairros da cidade de Catende. Lá, os agora incapazes de produzir são mantidos, expontaneamente, pela Empresa, que lhes dá morada gratuita e ainda lhes abona uma pensão para viverem com dignidade. Ali residem 25 velhos chefes de família e diversas viuvas. Os aposentados de maior categoria residem em Recife com casas e pensão correspondentes à hierarquia dos cargos que exerciam,

CENTRO DE ESCOTEIROS NEWTON CAVALCANTI

Sob a direção do Sr. Vicente Ramos, a escola de escoteiros que visitei na Usina Catende, é, no genero, uma das organizações mais perfeitas no país. Obedecendo à rigorosa disciplina militar, aquelas crianças, outrora sujeitas ao mais triste desamparo, ali vivem felizes aprendendo ótimos officios, aprendendo a ler e a escrever decentemente, exercitando-se nos trabalhos agrícolas, cuidando da cultura física, preparando-se, enfim, para enfrentar gra-

lhardamente a vida prática, depois de completarem 18 anos de idade.

Neste dia, de par com os benefícios da instrução que receberam, a Usina ainda lhes dará um pecúlio em dinheiro. No setor educação, temos a acrescentar o Grupo Herculano Bandeira e Escolas Anexas.

Neste estabelecimento modelar de ensino, sob a competente direção da professora Noemia Corrêa da Silva, se acham matriculados 1.420 alunos, sendo 1.300 do Grupo propriamente dito e 120 do jardim da infância. Espalhados pelos Engenhos de propriedade da Usina, 11 Escolas Anexas têm uma matrícula de 800 alunos, com uma frequência de 600; 22 professoras se encarregam de instruir estas crianças. A Usina mantém ainda um curso de datilografia, equiparado à Escola Prática e realiza reuniões mensais pedagógicas para os pais e os mestres. Costa Azevedo, porém, que é um homem inteligente e culto compreende muito bem que nem só de pão vive o homem, na frase antiga. Posto isso, funcionam no Grupo Herculano Bandeira e no Centro de Escoteiros, cursos de canto orfeônico. A Usina fornece ao Grupo, gratuitamente, todo o material didático fardamento, calçados e uma farta merenda escolar. No que tange ao setor saúde, existe em Catende, financiada pela Usina, a

POLICLÍNICA GOUVEIA DE BARROS USINA CATENDE S/A

Neste centro de assistência médica e hospitalar, a Usina dispendeu, no período de 1.º de julho de 1947 a 30 de junho de 1948, a vultuosa importância de Cr\$ 208.777,70, com assistência prestada aos operários, conforme discriminação que se encontrará no texto de meu livro sobre o assunto. Não é preciso encarecer aqui o valor desta obra social, digna de ser imitada pelo parque industrial brasileiro, dos governos dos Estados Unidos do Brasil. Recentemente foi instalado um lactário que presta assistência a 120 crianças e neste serviço foi dispendida em igual período, com medicamento e diversas despesas, a importância de Cr\$ 207.217,30 ou seja Cr\$ 1.726,80 *per capita*. O leite puríssimo acondicionado em 1.774 mamadeiras, rigorosamente asseadas por 4 enfermeiras visitadoras, é distribuído às mães e o diretor-presidente da Usina Catende S/A, "o Tenente", disse-me que existem em projeto outros lactários a serem instalados nas propriedades agrícolas, por grupo, atendendo às facilidades de comunicação e distribuição. É evidente, diante do que ficou dito, que os diretores da Usina Catende S/A, com a reforma dos processos arcaicos do sistema de plantação, secularmente adotado no meio norte, lançaram as bases de novas diretrizes, que traçarão outros caminhos à nossa incipiente indústria agrícola.

Levantando o moral do trabalhador dos campos, sempre humilhados pelos *salvadores*

da Pátria, a Usina Catende, S/A, está dando o verdadeiro salutar exemplo, dentro dos princípios cristãos recomendados por Pio XI, nestes termos: "Cabe aos que governam a sociedade, sempre que a necessidade o reclame, determinar, à luz da lei nacional e divina, o uso que os proprietários poderão ou não poderão fazer dos seus bens."

Assim é que a empreza se preocupa em interessar os seus operários e empregados nos lucros auferidos, distribuindo-lhes anualmente gratificações apreciáveis.

O AÇÚCAR NAS ARTES E NA LITERATURA

Segundo Splenger, senhores, a história faz-se poéticamente. Olivio Montenegro, prefaciando a "Interpretação do Brasil", de Gilberto Freire à pág. 20 e 21, ensina: — "Bastista Vico reclamava para o historiador faculdades que eram mais próprias da arte do que da ciência — faculdades que estavam ligadas "à lógica da representação, da imaginação e da intuição. "O açúcar no universo inteiro tem sido motivo de excelentes trabalhos de arte pictórica e poética. Entre nós mesmos, temos os quadros de Cicero Dias, Lula Cardoso Ayres, Manoel Santiago, Balthazar da Câmara e outros. No setor da poesia, poderemos citar poemas de Murilo Araujo, da Costa e Silva e Ascenso Ferreira, este último filiado à Escola da Poesia Moderna, mas com uma percepção tão perfeita e um conhecimento tão profundo do assunto, de que nos ocupamos, que não podemos fugir ao desejo de transcrever aqui um dos seus grandes poemas: Ei-lo:

TREM DE ALAGÔAS

O sino bate,
O condutor apita o apito,
Solta o trem de ferro um grito,
Põe-se logo a caminhar...

Vou danado pra Catende
Vou danado pra Catende,
Vou danado pra Catende
Com vontade de chegar...

Mergulham mocambos
Nos mangues molhados,
Muleques, mulatos
Vêm vê-lo passar.

Adeus!
Adeus!
Mangueiras, coqueiros,
Cajueiros em flôr,
Cajueiros com frutos
Já bons de chupar...

Adeus morena do cabelo cacheado!
Mangabas maduras,
Mamões amarelos
Mamões amarelos
Que amostram, molengos,
As mamas macias
pra a gente mamar...

Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Com vontade de chegar...

Na boca da mata
 Há furnas incríveis
 Que em coisas terríveis
 Nos fazem pensar:

— Ali dorme o pai-da Mata
 Ali é a casa dos caiporas

Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Com vontade de chegar...

Meu Deus! Já deixamos
 a praia tão longe...
 no entanto avistamos
 Bem perto outro mar...

Danou-se! Se move
 Se arqueia, faz onda...
 Que nada! É um partido
 Já bom de cortar...

Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Vou danado pra Catende
 Com vontade de chegar...

Cana caiana,
 Cana rocha
 Cana fita
 Cada qual a mais bonita
 Todas boas de chupar

Adeus morena do cabelo cacheado!
 Ali dorme o Pai-da Mata!
 Ali é a casa dos caiporas!

Vou danado pra Catende,
 Vou danado pra Catende,
 Vou danado pra Catende,
 Com vontade de chegar...

Como vêde senhores ninguém poderá su-
 perar Ascenso Ferreira no Ciclo da Cana de
 Açúcar no nordeste. Ele ali criou-se tomando
 banho na água fria do açúde na primeira in-
 fância; chupando cajú com cachaça para fe-
 char o corpo. Di-lo o seu poema.

BRANQUINHA

Branquinha
 Branquinha
 É o suco de cana
 Pouquinho — é rainha
 Muitão é tirana...

“Suco de cana caiana
 Passada nos alambique
 Pode sê que prejudique
 Mas bebo toda sumana”

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
 DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**
 Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA
 CAMARA**
 Diretor



Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**
 Diretor Técnico



Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART DA
 SILVEIRA**
 Consultor-Técnico



LUIZ MARQUES POLIANO
 Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade
 Nacional de Agricultura são responsáveis pelos
 conselhos emitidos em artigos assinados.

Os revoltosos de 1817
riscaram vinho de mesa por que era portugueses
João carôço comia cobra verde,
Triscando a bicha viva nos dentes,
E engulindo os pedaços com cachaça!

José Fogueteiro de Palmares,
Um dia estando riscado
Estorou uma bomba de dinamite na mão!

Minha avó dizia
Que a avó dela dizia
Ter sido a "branquinha"
Que gritou a república em Olinda!

Contam os veteranos do Paraguai
Que rasgavam no dente o cartucho
Misturavam pólvora com aguardente,
Passavam a mistura no bucho
E depois iam brigar.

Em jejum eu te arrecebo
Com xarope dos bêdo...
Tu puxas eu arrepuço,
Bates comigo no chão,
Bato contigo no bucho.

E agora, para finalizar, contarei como se processou a festa da botada da Usina Catende no dia 8 de setembro do no passado.

Era o dia da botada da Usina, isto é, o início da safra de 1948. O mês de setembro, desde o embrião da indústria açucareira em nossa Pátria, foi destinado à botada do Engenho. No Engenho Estivas, onde nasci, no Rio Grande do Norte, era o tempo da alegria e da boa vontade. Naquele dia os carreiros enfeitavam de flôres silvestres os seus veículos e até os bois traziam grinaldas de samambaias sobre os chifres elegantes.

Assim, no edifício da Usina, o altar de seu padroeiro, Santo Antonio, estava juncado

de lírios brancos e as freiras e alunas de um Colégio, sediado em Catende ao som de um órgão, entoavam hinos ao bom Jesus pelo advento da nova safra. Catende produz 19.000 sacos de açúcar semanais para realização da estimativa total de 500.000 sacos de açúcar por safra! O "Tenente" ouviu a missa acompanhado de todas as pessoas de sua digna e distinta família, bem assim do seu operariado. Em seguida percorreu comigo toda a Usina, depois da solenidade da unção com água benta das primeiras canas moidas. 90 dias antes havia explodido uma caldeira, roubando vidas preciosas de velhos operários, dedicados ao serviço da Emprêza. Esse acidente ecoou de tal maneira no noticiário da imprensa brasileira que no Rio de Janeiro escreveram "Catenda desapareceu". Por êsse motivo não se realizou o banquete que Tenente oferece todos os anos ao operariado. Todavia, reinava grande entusiasmo na classe operária. Pensei resumir em 14 versos as minhas impressões daquela festa. Ei-los —

A BOTADA

Catende, o "Pirangi" cascadeando
Em torno a Usina rumorosa e bela...
Canaviais nos morros ondulando
Desenham-se em belíssima aquarela.

Das chaminés o fumo se elevando
Vai dos céus macular a azuleja tela
E a alma da gente ajoelha-se, rezando,
Pelo brilho maior da Pátria estrela.

Em redor tudo marcha, a Usina apita.
Surge o grande avião da rica Emprêza
Descrevendo uma curva alta e bonita.

Vibram sinos em toques de alvorada,
Porque paira no céu tanta beleza?
"Vão moer para a festa da botada."

Uma pequena môsca traz um grande perigo

Dois sábios inglêses, Dr. G. Davey e Dr. F. H. S. Curd, fizeram uma invenção importante para proteger o gado na Africa contra a tripanossomiase, a doença do sono, tão perigosa e até agora inevitável. O medicamento chama-se "antricyde" e o gado, injetado com êle, é imunizado das picadas da cecé que é o agente da doença do sono, que põe os animais em perigo de vida e é muito perigoso para o homem. Felizmente a cecé ainda não faz viagens em redor do mundo e limita-se ao habitat, pois cada país, mesmo sem que conheça o tripanossomiase, tem bastantes dissabores e dificuldades, inerentes ao clima ou à constituição. Assim os países onde há invernos frios e úmidos, lutam com epidemias de constipação, doença esta que em geral está acompanhada de sintoma desagradáveis e, às vezes, perigosos. Mas também nesta circunstância a ciência está felizmente ao nosso dispôr, pois descobriu-se que o produto natural, QUININA, em combinação com a vitamina de fruta C. constitui uma arma forte para proteger o nosso corpo, que no inverno tem pouca resistência, contra os ataques maçadores de constipação e as suas complicações. E como na Africa uma nova invenção diminui a doença entre o gado, assim temos agora na combinação de quinina e Vitamina C um remédio que nos países frios diminuirá os casos de doença entre os homens.

O Rádio e a Educação Rural

Rádio — Programas agrícolas radiofônicos

Pelo
Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira
Professor da Escola de Horticultura
Wenceslão Bello

1) O rádio e a educação rural:

O rádio constitui, sem dúvida um fator de educação de grande relevância.

Através de programas radiofônicos bem orientados é fácil levar até as nossas populações rurais conselhos e sugestões úteis e oportunas sobre como trabalhar melhor e como melhorar o ambiente rural; é fácil orientar convenientemente a educação rural em bases adequadas ao nosso meio; é possível interessar o nosso homem rural pelos nossos problemas, orientando-os e esclarecendo-os, enfim, fazer algo de grande alcance educativo, cultural e social.

Para êsse mistér é necessário que a nossa população rural, população que, apesar de ser o baluarte de nossa economia, vive quase que divorciada do resto do país, disponha de rádios, muitos rádios.

E' indispensável e urgente que os poderes públicos:

a) forneçam a tôdas as escolas, especialmente às escolas rurais, os indispensáveis aparelhos de rádio;

b) mantenha, nas sédes dos municípios, cidades, vilas e distritos, pelo menos, um aparelho de rádio, com amplificador para retransmissão, em praça pública, de programas radiofônicos;

c) estimulem a organização de programas agrícolas em nossas estações difusoras;

d) mantenham, êles próprios, programas radiofônicos especialmente dedicados às populações rurais como vem fazendo, por exemplo, o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura que conta com quatro programas radiofônicos destinados ao homem do campo (Hora do Agricultor, na Rádio Tamoio S. A., Hora do Ministério da Agricultura, na mesma estação, Rumo ao Campo, na Rádio Roquete Pinto e Terra Brasileira, na Rádio Ministério da Educação);

e) facilitem, como vêm fazendo com as máquinas e ferramentas agrícolas, a aquisição, por parte dos lavradores devidamente registrados, de aparelhos de rádio dos mais variados tipos apropriados ao meio rural.

E' igualmente oportuno e aconselhável um trabalho educativo junto aos fazendeiros de maiores recursos a fim de que êles:

a) adquiram rádios, proporcionando assim, distração à família e aos seus colonos e demais empregados. Nêsse sentido seria muito interessante orientar os fazendeiros no sentido de que êles habituem seus empregados a reuniões diárias, nas horas de descanso, no terreiro ou em local mais apropriado, para ouvirem programas radiofônicos, proporcionando-lhes assim, uma justa e merecida distração após um dia de trabalho intenso;

b) facilitem aos seus colonos e demais empregados a aquisição de aparelhos de rádio;

c) financiem programas radiofônicos especialmente dedicados ao homem do campo.

E' preciso proporcionar ao nosso homem rural um pouco mais de conforto e de distração; trabalhar em pról da melhoria de suas condições de vida infelizmente ainda muito precárias; integrá-lo na vida do país; interessá-lo nos nossos problemas nacionais, etc.

2) Características dos programas agrícolas através do rádio:

Os programas agrícolas radiofônicos devem ter características tais que sejam realmente úteis e despertem a atenção dos ouvintes para os problemas e as coisas relativas ao campo.

Nêsse sentido os programas radiofônicos devem:

a) ter uma denominação sugestiva que desperte a atenção não só do homem rural, mas ainda do homem das cidades, para as coisas do campo. Entre os programas agrícolas, irradiados pelas nossas emissoras, lembramos: Rumo ao Campo, pela Rádio Roquete Pinto; Assuntos Rurais, pela Rádio Pelotense; os Serões dos Fazendeiros, pela Rádio Clube de Pernambuco; Hora do Agricultor, pela Rádio Tamoio; Hora da Fazenda, pela Rádio Sociedade de Trângulo Mineiro, etc., todos com títulos preciosos e bastante sugestivos.

b) abranger os mais variados assuntos agrícolas, orientando o trabalho do lavrador, lembrando a importância do combate à erosão, ensinando com prevenir e combater as doenças e pragas, salientando a necessidade do reflorestamento, etc., através de sugestões, conselhos e palestras claras, sucintas, e, sobretudo, bastante objetivas;

c) incluir um serviço de consultas afim de que os agricultores possam expôr as suas dúvidas e obter, com uma certa brevidade, as soluções mais indicadas para os seus problemas particulares. Através desse serviço as emissoras fazem chegar aos poderes públicos os problemas que mais preocupam os agricultores, as suas reivindicações, as suas necessidades mais prementes, etc.;

d) ter um noticiário informativo sobre economia, mercados, etc., afim de que os agricultores fiquem ao par da situação

econômica do país, da cotação dos produtos agrícolas, das necessidades dos mercados consumidores, etc.;

e) incluir assuntos sobre medicina, alimentação e higiene rural afim de que os agricultores sejam esclarecidos sobre as enfermidades mais comuns nos meios rurais, seus meios de propagação, como evitá-las, etc., tenham uma noção mais precisa sobre as vantagens de uma alimentação rica e variada, incluindo as hortaliças e frutas que, infelizmente não são encontradas em muitas de nossas propriedades rurais; conheçam as vantagens da vacinação preventiva; conheçam os mais rudimentares preceitos de higiene rural, que são, na maioria dos casos absolutamente desconhecidos, etc.;

f) ter uma parte recreativa, incluindo programas musicais selecionados, focalizando de preferência as características de nossas músicas regionais;

g) ter um caráter educativo, isto é, devem incluir palestras, notícias, etc., focalizando os grandes vultos nacionais, salientando os problemas educacionais, enaltecendo as nossas conquistas e possibilidades, despertando o amor à terra, incentivando a cooperação, etc.;

h) ser iniciado em horas que possa ser ouvido pelos agricultores. A melhor hora é, sem dúvida, entre 18,00 e 20,00 horas, pois o homem rural passa todo o dia no campo e a esta hora encontra-se em casa, repousando.

Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS

GERENTE: O. ASSUMPCÃO

SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

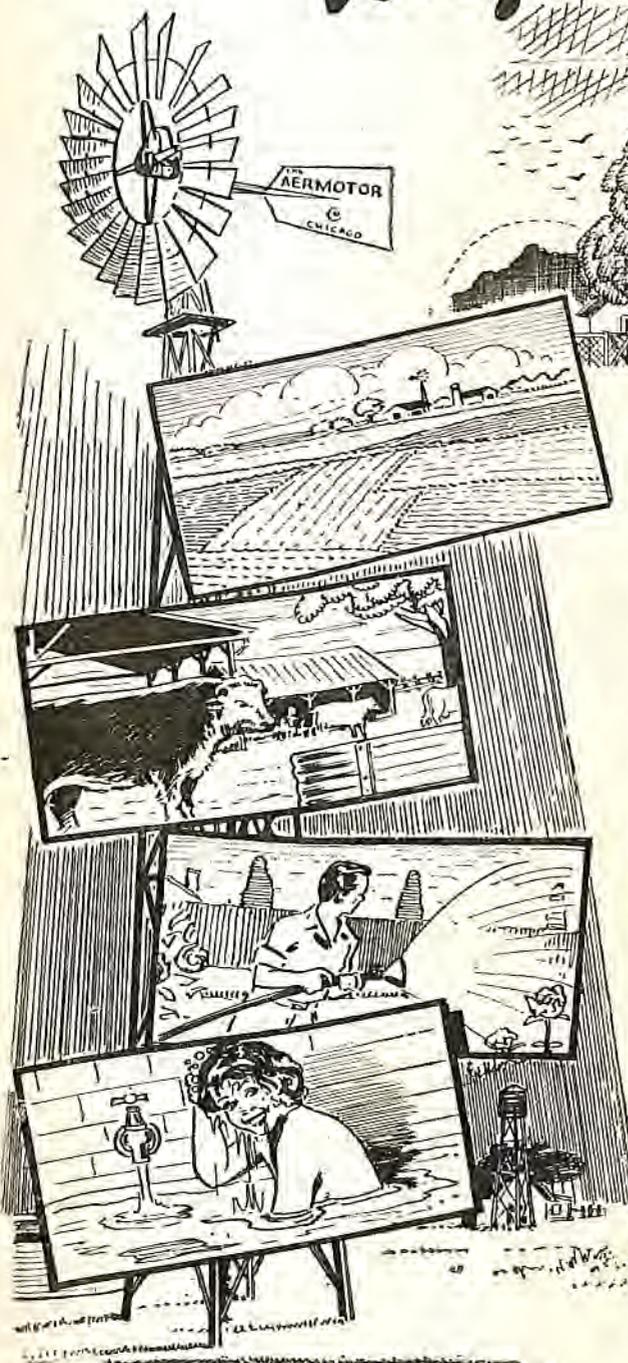
Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

Deixe O Vento Trabalhar para Você!



MOINHOS A VENTO

"Aermotor"

A água é o elemento mais necessário em uma propriedade agrícola, dela dependendo a existência tanto da vida animal, como vegetal. A obtenção desse elemento é fácil às vêses, sendo mais comumente resolvido com a abertura de poços, o que cria a necessidade de elevar a água assim obtida. O emprêgo da força motriz, acarreta a despesa permanente com a manutenção do motor, quer seja elétrico, ou a explosão. O emprêgo do braço humano, por outro lado, só é capaz de satisfazer, em produção, às necessidades das mais modestas propriedades, além de ser fatigante e antiquado. O moinho a vento soluciona perfeitamente o problema, sendo capaz de trabalhar 24 horas por dia, elevando água sem despesa alguma.

O moinho a vento "AERMOTOR", de fabricação americana, é o produto de 50 anos de pesquisas e experiências na produção destas máquinas, recomendando-se por sua grande resistência e durabilidade. O "AERMOTOR" é fabricado nos mais diversos tamanhos, afim de corresponder às necessidades do pequeno sítio ou da grande fazenda.

PEÇAM FOLHETOS

DEPARTAMENTO AGRÍCOLA

MESBLA

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - PORTO ALEGRE
PELOTAS - BELO HORIZONTE - RECIFE - NITERÓI

Cooperativismo

O Sr. Fábio Luz Filho, membro da Comissão Técnica de Cooperativismo, recentemente restabelecida pela Sociedade Nacional de Agricultura, pronunciou o seguinte discurso, na sessão de instalação dessa Comissão:

Sr. Presidente.
Meus Senhores.

Bondosamente designado por meus dignos companheiros de Comissão, não por possuir maiores méritos, mas apenas maior número de anos vividos na cruzada cooperativista, cumpre-me, em nome deles, agradecer à ilustre Diretoria desta casa, de tão grandes tradições, a distinção de que fomos alvo, fruto de nímia gentileza. Queremos agradecer e felicitar pela iniciativa, de larga significação num momento em que, tomando vulto o movimento cooperativo brasileiro, enfrenta, por isso, os precalços dos organismos a que faltam certas condições orgânicas para uma marcha segura e rija.

É animador o surto, não há dúvida; mas, falta-lhe profundidade, fenômeno explicável, mas que precisa de corretivos.

Todos os práticos e teóricos do movimento cooperativo brasileiro acentuam, sem cessar, as falhas desse movimento, embora lhe reconheçam qualidades outras. Mas, movimento que surgiu, com raras exceções, da propaganda oficial, em meio das deficiências desse aparelho oficial que perduram e até se agravam, precisa, mais do que nunca, juntamente pelo desenvolvimento que atingiu em certos setores, de uma grande assistência técnico-educativa. Tem os órgãos oficiais feito o que podem, dentro dessa clássica precariedade em elementos humanos e de meios materiais de ação eficaz.

Sabemos como a maioria dos próprios administradores de cooperativas brasileiras desconhecem os lídimos fundamentos da doutrina cooperativa. Muitos não só os desconhecem, como os menosprezam. As grandes federações e as grandes cooperativas brasileiras pouco têm feito nesse terreno da educação cooperativa, de divulgação da doutrina e da prática de cooperativismo.

Nota-se, nas próprias esferas oficiais, pouco interesse por esse aspecto, o qual, entanto, para nosso escarmento, em países de mais avançada civilização cooperativa, é o assunto precípua na preocupação dos seus líderes.

Em recente trabalho, meu ilustre amigo e mestre, Fabra Ribas, frisou a relevância do setor educativo. Lembrou-se êle na caracterização, sob esse ângulo, do movimento sueco. Embora considerado, de determinado ponto de vista (entretanto com emprêsas capitalistas para atingir a produção própria, no elevado objetivo doutrinário de uma prestação de serviços a preços justos) como pouco ortodoxo, suas realizações, como todos sabem, são surpreendentes. Todo êsse surto é baseado na ação educativa.

Dão tanta importância a êsse setor, que assim o estruturaram:

1.º — *Escolas por correspondência* (Brevskolan), as quais em 1946 tiveram uma frequência de 66.918 alunos, em seus grupos ou círculos de estudos, de repercussão mundial e copiados pelo Canadá e pela América do Norte com os mesmos resultados educativos. Além desses alunos, 24.158 estudantes fizeram cursos especiais.

2.º — *Grupos ou círculos de estudos* — Têm por objetivo o conhecimento da doutrina e da prática cooperativas, a organização da família, (célula econômico-social básica na teoria cooperativa), os problemas relativos à mocidade, etc.. Em 1946 funcionaram 3.390 círculos com uma frequência de 54.997 alunos.

3.º — *A Escola da Cooperação* — denominada Var Gard (Nosso Lar). Fica ela na península de Saltajobaden, perto de Estocolmo. Seus cursos visam ao preparo de empregados e à educação cooperativa dos associados. São cursos intensivos de quatro a cinco semanas. Há também cursos de dois anos para alunos de maior nível de aproveitamento e de cultura geral.

Teve essa Escola em 1946 para mais de 1.200 alunos, dos quais mais de 900 eram empregados de cooperativas.

4.º — *Publicidade* — É do domínio do órgão federativo supremo do movimento sueco, fundado em 1889 — *A Kooperativa Forbundet*. Constitui o setor de publicidade mais importante da Suécia em assuntos econômicos. Possui também edições especiais de livros para crianças.

Mantém uma grande revista denominada VI (sue quer dizer "Nós outros"). É uma revista de assuntos familiares com uma tiragem de 65.000 exemplares, superando todos os demais órgãos publicitários da Suécia.

Há, ainda, o *Kooperatoran*, jornal oficial da citada federação, de saída mensal.

Como se vê, um dos mais pujantes movimentos do mundo, como o afirmam todos os publicistas que o conhecem e visitaram a Suécia, deve sua expansão e consolidação em bases graníticas a um fator: educação, educação e mais educação, nas suas variadas facetas.

Dai a suréola que, justamente envolve esse grande país, o qual repousam, feliz e próspero, naquele álgido e nuvioso ambiente nórdico, que me trás à lembrança as doces águas que embalaram minha infância, lidas por meu saudoso pai, possivelmente influências atávicas, pois teve ascendentes nórdicos.

É o "país da democracia econômica", "the middle wey", na justa caracterização de *Marquis M. Childs*. Nela ordenou Roosevelt, em 1937, que os iniques procurassem beber ensinamentos cooperativos.

George Laanerre, o ilustrado professor de direito belga, em se referindo à Forbundet também frisou que, além dos aspectos comercial, industrial e financeiro dessa entidade de segundo gráo, possui ela o caráter "moral", pois visa ao ensino, à propaganda, ao campo da imprensa e ao editorial, como vimos.

Não obstante o paralelismo de estrutura e a identidade de princípios em relação ao movimento de outros países, distingue-se pelo

cunho que deu à idéia da "integração ascendente", isto é, partiu rigorosamente da "célula consumidora". a família, para chegar às fontes de produção agrícola e industrial, através de uma só entidade federativa.

Como se vê, o problema é mais complexo do que se afigura a alguns elementos das próprias esferas oficiais, exigindo a contribuição de todos os que, profissionalmente ou por laços de cultura econômica, estão vinculados ao mesmo.

Assim, Sr. Presidente, com a instalação da Comissão Técnica de Cooperativismo, a Sociedade Nacional de Agricultura retoma o fio de uma grande tradição.

Como núcleo gerador do atual Ministério da Agricultura, tribuna que tem sido de grandes problemas nacionais, nela repercutiram as vozes de pioneiros e precursores, que nunca desfaleceram na pregação do ideário cooperativo, passando por *Vencesláo Bello*, *Baptista de Castro*, entre outros, até chegar a *Arthur Torres Filho*, a quem rendemos neste momento sincero preito de respeito e admiração.

Agradecendo a investidura com que nos distingue esta prestigiosa Sociedade, aqui estaremos coesos, à sua disposição para a defesa e a divulgação dos sãos princípios de cooperativismo, marco de uma era nova nas relações humanas.



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

E' MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO. — AV. GRAÇA RANHA, 226-3.º andar
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DOMUNT, 227 — BELO HORIZONTE

Estabelecimentos de ensino agrícola nas zonas de colonização do Centro Oeste

pelo

Eng. Agr. *Geraldo da Silveira*
Professor da E. H. W. B.

(Trabalho apresentado á Primeira Conferencia Brasileira de Imigração e Colonização, como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura ao oportuno conclave)

I — Assistência às populações das zonas de colonização através do ensino agrícola

Nenhuma assistência agrícola é mais objetiva e eficiente do que a assistência através do ensino.

De fato, as escolas que ministram o ensino agrícola, pela sua localização na zona rural, não devem limitar-se, tão sómente, ao preparo de profissionais hábeis e tecnicamente capazes para o desempenho dos diferentes misteres da profissão; elas devem cuidar, também, com todo empenho, da formação humana dos educandos, e, pelas suas elevadas finalidades educativas, devem constituir *centros de interesse da população rural*.

Das escolas devem partir os bons exemplos, as boas ideias, o estímulo, o incentivo, etc., e para as escolas devem convergir a atenção e o interesse das populações rurais.

Nas zonas de colonização, as escolas de ensino agrícola, quando bem organizadas e dirigidas, assumem um papel de alta relevância não só sob o ponto de vista profissional propriamente dito, preparando elementos que, adextrados nos trabalhos agrícolas melhor orientem as atividades das colônias, como também, sob o ponto de vista educacional, integrando as populações rurais no meio rural, orientando-as, esclarecendo-as, e, em suma, proporcionando-lhes elementos e oportunidades para que elas atinjam níveis materiais e espirituais de vida mais altos.

São essas as verdadeiras escolas que precisamos e que preconizamos para as zonas de colonização, escolas que ensinam e educam, escolas que, integradas em suas finalidades, se constituem em verdadeiros *centros de educação rural*.

É preciso que os estabelecimentos de ensino agrícola situados nas zonas de colonização, a par da formação profissional propriamente dita, trabalhem também no sentido de:

a — promover o ajustamento da população da colônia agrícola ao ambiente rural, esclarecendo-a sobre os mais importantes problemas da região e a maneira pela qual eles devem ser encarados e resolvidos;

b — divulgar ensinamentos úteis e oportunos sobre alimentação, higiene, habitação etc., proporcionando assim, aos habitantes da colônia, uma vida mais alegre e feliz;

c — criar um ambiente favorável à sociabilidade das populações rurais, a fim de que elas, melhor esclarecidas e orientadas, trabalhem com entusiasmo e idealismo pelo bem estar coletivo.

d — despertar e enaltecer o amor à terra amiga e hospitaleira, terra que deve ser sempre engrandecida e dignificada.

Educar para a vida e tornar melhores as condições da vida rural, eis, em síntese, a grandiosa e patriótica obra que cumpre às escolas, tornar realidade em todo o país.

II — Estabelecimentos de ensino agrícola aconselháveis para as zonas de colonização

Nas zonas de colonização, ao lado das escolas primárias rurais, não devem faltar os estabelecimentos de ensino agrícola que completem a educação dos adolescentes, dando-lhes uma qualificação profissional e preparando-os para a vida prática, sem que para isso eles precisem afastar-se do próprio meio onde vivem.

Escolas que ministrem o ensino da horticultura em todas as suas especializações (hortaliçicultura, fruticultura etc.), e, ao mesmo tempo, o ensino especializado referente à zootecnia, especialmente avicultura, suinocultura etc., são das mais recomendáveis, principalmente nas zonas de colonização situadas nas proximidades das grandes cidades.

Na zona de colonização, da futura Capital do País, por exemplo, não deve faltar uma escola desse tipo para o preparo de profissionais (fruticultores, hortelões, avicultores, suinocultores etc.), que orientem as atividades dos colonos no sentido da produção de hortaliças, frutas, aves etc., indispensáveis ao abastecimento do grande mercado que será a nova capital.

Em zonas mais afastadas, que sejam outras as atividades agrícolas predominantes nas colônias, escolas que ministrem o ensino especializado referente à essas atividades, são, igualmente, úteis, oportunas e recomendáveis.

Os cursos regulares de tais escolas devem funcionar, de preferência, sob regime de internato, que é, sem dúvida, o que mais se coaduna com as atividades agrícolas.

O nível de conhecimentos para a matrícula nos cursos regulares de tais escolas deve ser o de curso primário completo.

Tais escolas poderão ser mantidas pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, pelas Associações de Classe (Associações Rurais), ou, então, em regime de cooperação entre os Poderes Públicos e Entidades Particulares.

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura, é um exemplo de escola do último tipo, pois é subvencionada e auxiliada pelo Ministério da Agricultura.

Além dos cursos regulares, poderão e deverão manter tais escolas outros cursos, como:

a — *Cursos de Treinamento*, destinados aos filhos dos colonos, que, não podendo frequentar os cursos regulares, de maior duração (um a dois anos), podem adquirir, em menor tempo, (três a seis meses), uma qualificação profissional que os habilite para os trabalhos agrícolas racionais. Da mesma forma que os cursos regulares, os cursos de treinamento devem funcionar sob regime de internato, a fim de que os alunos aproveitem melhor o tempo;

b — *Cursos Práticos*, sob regimem de internato, de curta duração, com aulas uma ou duas vezes por semana e horário que não prejudique as atividades normais dos colonos, destinados a dar aos mesmos, conhecimentos básicos e objetivos sobre os assuntos e práticas agrícolas que mais se fizerem necessários na região;

c — *Semanas de Agricultores*, durante as quais os colonos internados na escola durante uma semana, tenham oportunidade de estudar as questões que mais lhes interessam e possam resolver os seus problemas agrícolas mais prementes.

Todos os cursos devem ser inteiramente gratuitos e, além disso, reverter-se de caráter eminentemente objetivo.

III — Instituições que devem funcionar nas escolas agrícolas situadas nas zonas de colonização

Nas escolas agrícolas que preconizamos para as zonas de colonização, não devem faltar as organizações estudantis que, que pelas suas elevadas finalidades muito concorrem para a melhor educação dos adolescentes, e, quiçá, da própria população rural, pelo reflexo que elas alcançam fóra da escola.

Tais instituições são:

- a* — Clube Agrícola Escolar
- b* — Cooperativa Escolar
- c* — Grêmio Social

Através de instituições de tão elevado alcance educativo e social, consegue-se de uma maneira prática e objetiva:

a — despertar, entre os alunos, o amor à terra e ao trabalho agrícola que tanto engrandecem e dignificam o homem;

b — concorrer para a difusão dos elevados princípios de solidariedade entre os alunos dentro da escola e fóra dela, promovendo assim uma maior confiança e auxílio entre os homens;

c — desenvolver, entre os alunos, o senso de responsabilidade através do desempenho de encargos e trabalhos nos postos de direção das instituições, capacitando-os melhor para a vida prática;

d — contribuir para a melhoria das condições de sociabilidade, mantendo as mais estreitas relações entre as famílias dos alunos e a escola, o que se reflete, favoravelmente, na própria vida rural;

e — colaborar em todas as questões que dizem respeito à melhoria das condições de vida do meio rural, já pelo exemplo do que realizam os alunos na escola, já pelo auxílio e colaboração que eles podem prestar à população.

Tais instituições concorrem, em síntese, para o desenvolvimento social, moral e intelectual dos estudantes, e, indiretamente, através deles, o próprio desenvolvimento moral, social e intelectual da população rural que, melhor esclarecida e organizada, pode viver mais alegre e feliz radicada ao solo.

IV — As escolas agrícolas e as atividades rurais das zonas de colonização onde elas estão localizadas

As escolas agrícolas nas zonas de colonização, como temos salientado, devem tomar parte ativa em tudo quanto diz respeito ao melhoramento e progresso da região onde elas estão localizadas, despertando assim a atenção e o interesse dos colonos, que passam a ver, nelas, não simples estabelecimentos de ensino profissional, mas instituições de âmbito muito

mais amplo, instituições que acompanham de perto as atividades rurais da região e cooperam para o bom êxito das mesmas.

Nesse sentido, devem as escolas agrícolas:

a — promover, sempre que possível, a realização de *Exposições Agrícolas, Semanas Ruralistas, etc.*, recursos que muito concorrem para a elevação do nível das atividades agrícolas da região;

b — concorrer para o bom êxito das exposições agrícolas, semanas ruralistas, etc., realizadas na zona sob os auspícios dos poderes públicos, das associações rurais, etc., prestando não somente a assistência técnica que se fizer necessária como também, o auxílio material que as suas condições permitirem;

c — promover, patrocinar e fomentar a realização de palestras, demonstrações práticas etc. referentes a questões agrícolas de relevância para a região; palestras e solenidades cívicas, etc. proporcionando assim, à população rural, ensinamentos e exemplos úteis e oportunos;

d — figurar sempre, nas exposições agrícolas, semanas ruralistas etc. com produtos obtidos na própria escola, o que constitui, sem dúvida, recurso muito eficiente para despertar a atenção dos colonos para as práticas agrícolas racionais nelas empregadas e por elas preconizadas;

e — organizar e colocar à disposição da população rural, não só uma biblioteca, como também distribuir folhetos, revistas, etc., que proporcionem aos colonos uma leitura útil e educativa, concorrendo assim para a elevação do nível intelectual dos mesmos.

Outras atividades, como a realização de sessões cinematográficas educativas, a realização de concursos agrícolas, a manutenção de um museu que seja o documentário dos recursos e possibilidades da região, a realização de palestras sobre higiene, moral, civismo etc., são, igualmente, aconselháveis para que as escolas, integradas em suas elevadas finalidades, realizem um vasto e grandioso trabalho educativo junto da população da colônia.

CONCLUSÕES

1 — É aconselhável, recomendável e oportuno a instalação de *escolas profissionais agrícolas* nas zonas de colonização.

2 — Tais escolas, especialmente as localizadas nas zonas de colonização próximas das grandes cidades, devem preparar *hortelões, fruticultores, avicultores, suinocultores, etc.*, que orientem as atividades dos colonos no sentido da produção, em larga escala, de hortaliças, frutas, aves, etc., para o abastecimento dos mesmos.

3 — As escolas, além dos *curros regulares*, devem manter, de acordo com os recursos e possibilidades, *Cursos de Treinamento, Cursos Práticos, etc.*, visando a melhoria da produção e do trabalho nas zonas de colonização.

4 — Nas referidas escolas devem funcio-

nar instituições estudantis tais como *Clubes Agrícolas Escolares, Cooperativas Escolares, Grêmios Sociais, etc.*, que constituem recursos de integração dos estudantes nas atividades escolares, e, indiretamente, constituem, também, recursos de inestimável valor na elevação do nível social, moral e intelectual da população rural da zona de colonização, pelo reflexo que sobre elas se fazem sentir as atividades escolares.

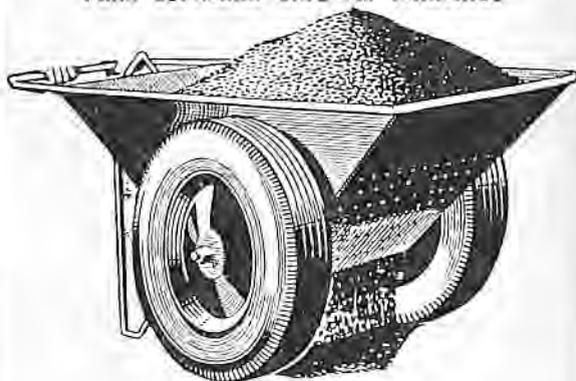
5 — As escolas devem patrocinar, promover e fomentar a realização de *Semanas Ruralistas, Exposições Agrícolas, Concursos, etc.*, visando integrar a população rural nas atividades rurais e orientando-as nas práticas agrícolas racionais e recomendáveis.

6 — As escolas não devem visar, tão somente, o preparo profissional dos adolescentes, mas, ainda, dentro de um plano educacional mais amplo, promover o ajustamento da população rural ao ambiente rural, contribuindo assim para a melhoria das condições de sociabilidade e elevação moral e intelectual da população da colônia, revestindo-se de caráter de *centros de educação rural*.

7 — Visando tão elevados objetivos torna-se oportuno e objeto imprescindível a manutenção, nas zonas de colonização, de escolas nos moldes preconizados, quer pelos governos Federal, Estadual ou Municipal, Associações Rurais, etc. quer em regime de cooperação entre os Poderes Públicos e as Entidades Particulares.

Carrinhos MOCA

PARA ESPALHAR CAFÉ EM TERREIROS



Fabricantes:

INDUSTRIAS GASTÃO PINATEL

RUA D. BOSCO, 156

São Paulo

Representante:

G. GILBERT

RUA DA QUITANDA, 20-S. 407

Telefone: 22-9503

End. Telegr.: "Trebliq"

Rio de Janeiro

Custo da Produção do Leite

José Assis Ribeiro

Inspetor de Produtos de Origem Animal

O leite nacional, um dos mais caros do mundo — O aumento a se operar, deve ser de produção, e nunca, de preços — Como não se deve produzir o leite.

Está amplamente divulgado na bacia leiteira do Distrito Federal, um cálculo do custo da produção de leite, que já teve um mérito — o de criar na imaginação dos produtores o complexo de prejuízos nesta atividade, isso possivelmente, com o objetivo de os convencer de que a medida a ser tomada para solução do assunto deve ser sempre a mesma — a da exigência formal de aumento de preço de venda do leite.

Conforme o cálculo feito, cujos fatores se basearam parcialmente no trabalho de Rhoads (1), o custo da produção de um litro de leite, na fazenda que se considerou média, é de Cr\$ 2,96. Nesta base, cada litro de leite está dando um prejuízo de Cr\$ 1,36 ao produtor. E o interessante é que, até o momento, os produtores não se aperceberam de tão grande deficit, sendo que a maioria ainda considera ótimo negócio o leite a Cr\$ 1,40 para queijos, ou Cr\$ 1,50 para beneficiamento, haja vista o grande número dos que o vendem a Cr\$ 0,90 ou Cr\$ 1,00 no Sul do Espírito Santo (a poucas horas por rodovia, do Rio), e a Cr\$ 1,10 para manteiga, ou Cr\$ 1,20 para queijos no Sul de Minas — e que nem por isso faliram, e, pelo contrário, apresentam prospera situação financeira.

Cálculos feitos no Vale do Paraíba acusam um custo aproximado de Cr\$ 2,21 e outros, menos pessimistas, têm indicado resultados menores. No Sul do Espírito Santo, a maioria dos produtores está ansiada pela instalação de fábricas de laticínios, afim de poderem fornecer a estas leite por preços muito mais elevados que os atuais, isto é, a Cr\$ 1,20, o que lhes será suficiente para, com lucros, triplicar a atual produção, aproveitando a imensidade de ótimas pastagens, com rebanhos de capacidade leiteira a ser

melhorada. Pode-se objetar que leite nas regiões mais distantes, que só pôde ser industrializado, tem mesmo que ser mais barato que o destinado ao consumo em natureza. Entretanto, como as condições de produção são as mesmas, o custo não pôde ser substancialmente diferente.

Pelo que se infere da leitura atenciosa dos fatores do cálculo, embora sejam aceitáveis alguns dados, que condizem com a dolorosa realidade de nossas fazendas, os mesmos não podem ser aceitos como indicadores de uma produção racional de leite. Os dados do cálculo indicam exatamente como não se deve produzir leite, visto que, nos pontos de vista zootécnico (baixo rendimento per-cápita), agrônomo (trato deficiente das pastagens), veterinário (alto índice de letalidade de animais, tanto adultos como jovens) e comercial (alta valorização das terras e do gado, e juros excessivos), todos os elementos são desfavoráveis.

Num exame técnico-econômico, os fatores-valor das terras (capital/terra), valor do rebanho (capital/gado) e juros não podem ser aceitos como se acham enunciados, e, sôbre eles devem ser feitas as seguintes considerações:

a) Terras e pastagens — o conceito a se firmar, neste particular, é o de que as pastagens constituem o último aproveitamento de terras e, a produção de leite, o aproveitamento mais rendoso das pastagens. Terras que não mais servem à lavoura, cujo valor já está várias vezes pago por inúmeras culturas que exauriram, agora só podem ser cultivadas com forrageiras, servindo para pasto. Não há outro aproveitamento a este solo, e, sua transformação em pasto é a sua última exploração econômica. No ponto de

vista agrícola, estas terras nada mais valem. Em consequência, no ponto de vista técnico econômico, constitui erro sua valorização excessiva. Em operações comerciais entre leigos, não há erro em quem pretender vender estas terras por preços elevados. Erro existe na intenção de comprá-las por preços excessivos. Terras exauridas, com capacidade de pastagens para manter somente poucas rezes por alqueire, devem ser avaliadas em tantos mil cruzeiros quantas vacas possam comportar nesta área. Assim, na base de 2 a 3 vacas por alqueire, estas terras devem valer Cr\$ 2,00 a Cr\$ 3,00, por unidade de área. O critério a se adotar para avaliação de terras destinadas à manutenção de gado leiteiro, não pôde ser outro. E este leva os interessados na produção racional do leite, ao melhoramento das pastagens, única possibilidade de, aumentando o valor das terras, aumentar-se o rendimento do gado.

b) Animais — Rebanho leiteiro. Como se trata de rebanho leiteiro, a avaliação dos animais deve ser de acordo com sua produção anual de leite. Assim, o conceito a ser firmado, neste particular, é o de que o valor de uma vaca corresponde à sua produção anual (em litros de leite) multiplicada por Cr\$ 1,50. Uma vaca média, em nossas condições, deve produzir 5 litros de leite, diariamente, em 1 ou 2 ordenhas. Isso dará uma produção anual de 1.825 litros, o que lhe conferirá valor de Cr\$ 2.737,50. Quem pagar mais por animal nestas condições está cometendo erro no ponto de vista econômico.

Na vida útil da vaca (da primeira à última lactação), há uma curva na produção, ascendente até 3.^a ou 4.^a cria, mantida em nível por alguns anos, e descendente nas demais. Esta curva na produção nos revela que a diminuição do valor da vaca (desvalorização das vacas velhas, já no período final da vida útil) é sobejamente coberta pelo aumento de valor das vacas novas, suas filhas (valorização das novilhas). Este fato nos leva a firmar mais um conceito — o de que a desvalorização das vacas que envelhecem é refeito pela valorização das novilhas, suas descendentes, que as substituem no rebanho. Em consequência, na constituição do custo da produção do leite, a depreciação do rebanho leiteiro é fator que não pôde ser levado em linha de conta, visto que, zootécnica e economicamente, a valorização das novilhas é maior que a desvalorização das vacas, isso, além do mais, pela elevação do seu grau de sangue. Neste particular é oportuno transcrever o seguinte:

“Tratando-se de agrupamentos de animais da mesma espécie (manada, rebanho, vara, etc.), cujo valor global se mantenha estável ou aumente, graças à progressiva substituição de animais velhos por animais novos, embora se dêem desvalorizações individuais, não se verifica a desvalorização do conjunto, ou seja aquela que, no caso vertente, interessaria”. (2).

c) Juros — sobre o valor das terras e do gado.

A remuneração do capital invertido numa fazenda leiteira merece os devidos estudos, isso porque estes juros, embora possam ser “contados” como fator no custo da produção, não podem ser “contabilizados”. Segundo técnica contabilística, estes juros nem podem ser registrados, normalmente, na escrituração. Na prática, os contabilistas não “lançam”, estes juros nos respectivos livros, e sim, somente as despesas. Entretanto, é razoável se contem estes juros, à margem da contabilidade regular, para efeito de interpretação e de crítica dos resultados apresentados nos negócios. A indenização do capital invertido no rebanho é satisfatoriamente obtida não só pela produção do gado, que mais lucros facultará quanto mais leite produzir, como pela valorização dos animais. Portanto, a remuneração do capital/gado, para efeito de cálculo de custo da produção, não pôde ser feita na mesma base de valores cuja indenização seja exclusivamente o juro bancário. No caso em apreço, trata-se de juro pelo uso de capital próprio, constituindo parcela do custo psicológico, susceptível, aliás, de expressão monetária por confronto com o juro pago. Assim, para não fugir à idéia predominante, pode-se aceitar a taxa bancária para depósitos sem limite, que vai de 3 a 4% aa. (Banco do Brasil, Banco Mineiro da Produção, etc.).

Relativamente ao capital/terra, outra não pôde ser a orientação, como atestam os contabilistas, e como é plenamente aceito pelo bom-senso.

Quanto a benfeitorias, o melhor sistema de cálculo é o de se avaliar o custo da instalação e o dividir pelo número de anos de sua duração. O quociente será a despesa anual a ser computado no custo da produção. Também se pôde adotar a orientação contabilística de depreciação de 10% aa., sendo que a partir do 10.^o ano só seriam incluídos os valores aplicados em reparos.

* * *

Tomando por base estas modificações, que julgamos justas e oportunas a serem

Introduzidas no cálculo apresentado, organizamos o quadro seguinte, revelador ainda, de condições deficitárias na produção de leite.

Cálculo no custo da produção do leite:

Quadro comparativo entre a avaliação e a ora proposta

Dados:

- Número de vacas em lactação — 50.
- Produção média por vaca/ano — 900 litros.
- Número de animais do rebanho — 120 vacas, 3 touros e 4 cavalos.
- Valor do gado — na base de Cr\$ 1,50 por litro/ano — Cr\$ 180.000,00 (sendo Cr\$ 162.000,00 em vacas e novilhas Cr\$ 15.000,00 em touros e Cr\$ 3.000,00 em equinos). Avaliação divulgada — Cr\$ 258.000,00.
- Valor das terras — 70 alqueires, na base de 2 vacas por alqueire — Cr\$ 140.000,00 (avaliando-se em Cr\$ 1.000,00 por vaca/alqueire).
- Avaliação divulgada — Cr\$ 420.000,00.
- Benfeitorias — casa de sede, casa de colonos, banheiro carrapaticida, retiros etc. Cr\$ 100.000,00 — cercas e moirões — Cr\$ 19.440,00.

Resumo:

Capital invertido na fazenda:

	aval. racional Cr\$	aval. divulg. Cr\$
capital/gado	180.000,00	258.000,00
capital/terra	140.000,00	420.000,00
benfeitorias	119.440,00	119.440,00
	439.440,00	797.440,00

Despesas:

	Cr\$	Cr\$
Juros s/capital/gado 4% aa.	7.200,00	18.060,00
Juros s/capital/terra 4% aa.	5.600,00	29.400,00

Benfeitorias:

— depreciações na base de 10% aa.	11.944,00	11.944,00
— substituição de moirões	3.600,00	3.600,00

Depreciação do gado:

a) das vacas leiteiras	—	26.004,00
b) dos reprodutores	2.400,00	2.400,00
c) dos animais de transp. e latões	315,00	315,00

Mão de obra:

	Cr\$	Cr\$
Limpa de pastos	14.000,00	14.000,00
Retireiro e ajudante ..	11.700,00	11.700,00
Administrador	12.000,00	12.000,00
Medicamentos	3.000,00	3.000,00
Sal	1.752,00	1.752,00
Impostos	8.400,00	8.400,00
Morte de gado adulto (5% s/rebanho ...	6.800,00	12.000,00
	88.711,00	154.365,00

Receita:

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
20 bezerros machos	5.000,00		5.000,00
20 bezerros fêmeas	16.000,00		16.000,00
Esterco	—		—
45.000 litros de leite a Cr\$ 1,504	67.711,00	a 2,963	133.365,00
	88.711,00		154.365,00

Observações:

Verifica-se facilmente que a propriedade agrícola que serviu de base ao cálculo acima, não pode, criteriosamente, ser tomada como produtora de leite, muito menos, criadora de gado leiteiro. Isso porque:

1 — o gado em exploração não tem aptidão nem função leiteira, visto que a média por vaca/dia nos animais em lactação (2,46 litros), não lhe confere qualidade para ser considerado leiteiro. Economicamente, uma vaca com esta produção, em rebanho leiteiro é um êrro. E, zootecnicamente, sua permanência é êrro de maior gravidade, visto que, como produtora, sua baixa função leiteira será herdada pelas suas descendentes.

Também o alto índice de vacas secas ou falhadas em relação à lactação revela falta de qualidades leiteiras no rebanho em estudo.

A alta percentagem de morte do gado adulto (5%) e a excessiva letalidade dos bezerros (20%), revelam ausência de condições técnico-higiênicas na exploração em apreço, o que não condiz com produção racional de leite.

2 — As terras da propriedade estudada não se prestam à exploração de gado leiteiro, de vez que, tendo capacidade forrageira para somente 2 animais por alqueire/ano, revela estar desprovida de vegetação aceitável. Esta deficiência corre por conta da falta de trato das pastagens o que só é admissível onde não haja gado leiteiro de qualidade boa.

3 — A alimentação conferida ao rebanho em apreço não é a de gado leiteiro, de vez que regime exclusivo de pastagens só pôde ser aceito, na produção de leite, quando se dispuser de pastos ótimos, com gramíneas e leguminosas. Não há referência a silagem, feno, concentrados, etc., elementos estes cuja ausência revelam se tratar de gado não leiteiro. Quem pretender manter rebanho leiteiro em exploração racional tem que, antes de tudo, estar apare-

lhado para lhe fornecer alimentação adequada. E esta não se resume em simples aquisição de farelos, de tortas, etc., de escassa produção em nosso meio, razão dos seus preços elevados.

O verdadeiro produtor de leite é aquele que, além do mais, procura produzir em sua fazenda toda a alimentação de que seu gado carecer.

4 — o preço da limpa do pasto, na base de Cr\$ 200,00 por alqueire/ano, é mais um índice das más condições de manutenção da fazenda, pois, este alto preço só é cobrado em pastos reconhecidamente sujos, portanto, impróprios para gado leiteiro.

Nesta base, pretender lucro com a produção de leite, numa fazenda não aparelhada para a finalidade, é erro. E o prejuízo encontrado é agravado também não só com a desvalorização excessiva das benfeitorias, como cercas e moirões, inclusive alto preço da administração.

Uma fazenda nestas condições, não pôde ser considerada representante média das existentes em nosso meio. Seria fornecer um atestado de nossa incompetência se tal se verificasse. O exemplo tomado revela nitidamente como não se deve produzir leite, mesmo fazendo um reajustamento nos valores.

O custo da produção do leite, nas fazendas reconhecidamente leiteiras, tem de ser menor que o julgamento comumente. Entretanto, todos sabemos que a produção do leite, em nosso meio, constitui um problema permanente — isso porque nunca os produtores se dispuzeram a resolvê-lo. Será que a sua solução está simplesmente no aumento do preço do leite? Racionalmente, não.

Quem conhecer a psicologia do nosso homem de campo, facilmente deduzirá que o aumento do preço do leite terá um efeito contraproducente, visto que este fato virá estimular a manutenção das deficientes condições da produção leiteira. Há nisso um perfeito círculo vicioso — com preços baixos, o fazendeiro não melhora a produção do leite por não dar lucros, e, com preços

altos, também não as melhora, porque, mesmo em condições deficitárias, obtem boa renda... A solução do problema é simplesmente uma — o aumento que se deve operar no leite, é simplesmente na produção, e nunca, nos preços. E, o que se deve fazer para aumentar a produção, todos estão fartos de saber.

O nosso leite, é bom que se afirme, é dos mais caros do mundo. Em recente consulta a entidades de vários países, foram obtidos os seguintes dados, como preço pago ao produtor: Venezuela — Cr\$ 1,68; Suíça — Cr\$ 1,57; Inglaterra — Cr\$ 1,32; México — Cr\$ 1,13; Estados Unidos — 1,12; Austrália — Cr\$ 0,88 e Argentina — Cr\$ 0,57. Todos sabemos que as condições da Venezuela não podem servir de confronto com as nossas, entretanto, a diferença do preço está sendo mínima.

Consideramos que, pleitear aumento do preço ao produtor para o leite é quasi um absurdo, porém, baseando-se na convicção da maioria, de que o custo da produção é superior ao preço de venda, a medida é razoável. Aumentem-se os preços, e, então, todos os produtores serão beneficiados. Entretanto, alguma coisa deve ser feita em benefício dos consumidores, e para estes, devem os poderes públicos facultar simplesmente o seguinte — a importação de produtos estrangeiros, isentos de taxas aduaneiras, concedendo-lhes licença prévia e cambiais necessárias.

Como medida de ironia, nada melhor do que isso — assim, ter-se-á abundância de leite e derivados estrangeiros, por preços acessíveis aos pobres, e, a produção leiteira nacional desaparecerá naufragada em excesso de preços, de leite e de pretensões.

Referências

(1) Custo da produção de 100 quilos de leite — A. O. Rhoad — Boletim de Agricultura, Zootécnica e Veterinária n.º 1, ano VII — Janeiro de 1934 — pags. 1 a 12.

(2) O custo de produção na agricultura — Henrique de Barros — 1945 — pags. 209.

Empregos do sal na indústria caseira

AMAURY H. DA SILVEIRA

Eng. Agrônomo do Serviço de Informação Agrícola.

Além das inúmeras aplicações do sal na cozinha, como condimento em todas as preparações culinárias, ele desempenha papel de relevo no preparo das conservas caseiras.

Nas conservas de hortaliças, isto é, de verduras e legumes, o sal é adicionado no teor de 1% no suco de tomate, na massa de tomate e no "catsup". No "petit-pois" juntam-se 1 a 2% de sal, subindo para 2 a 2,5% no palmito enlatado e atingindo a 5% no molho inglês, produto mais condimentado.

Na classe dos picles, que constituem produtos dos mais importantes na industrialização de hortaliças, a pequena quantidade de sal permite uma fermentação bacteriana, tal como acontece no chucrute e nas azeitonas. Nestes produtos, os 2 a 5% de sal adicionados provocam uma fermentação láctica, a mesma fermentação do leite, transformando os açúcares presentes nas couves e na oliva em ácido láctico. E quando se abre uma lata de azeitonas é preciso usar água com sal para guardá-las porque do contrário elas se estragam e se tornam venenosas. Ainda o nabo e a alface podem ser preparados como o chucrute, isto é, com pequena quantidade de sal, sofrendo fermentação láctica.

Quando a percentagem de sal é muito grande, elevando-se a 20%, na salga a seço de milho, ervilha e feijão, não se processa a fermentação.

As soluções de água e sal conhecidas por *salmoura* e o processo de *salmouragem* é também aplicado às hortaliças. Assim, em *salmoura* fraca de 5%, acrescida de vinagre,

preparam-se beterraba, cenoura, couve-flor, nabo, etc. E em *salmoura* de 15% com vinagre, ervilha em vagem, cebola, quiabo inteiro, couve-flor e pimentão.

De exposto, conclui-se que o sal desempenha papel importante nas conservas de hortaliças.

Na pequena indústria das carnes, peixes e derivados, não é o sal de menor valia. A ação antissética e inofensiva do sal de cozinha permite a conservação pela salga, processo simples, aplicável na fazenda, exigindo pouco material.

A salga serve também como processo preliminar a outros usados na conservação de carnes, como sejam a dessecação e a defumação. Também aqui a salga pode ser seca ou úmida (*salmouragem*). A salga seca é um método ótimo para peixes e a *salmouragem* requer menos prática que o processo anterior, que, no entanto, se recomenda mais para climas quentes. No preparo caseiro de linguiça, morcela e paio, o sal é o condimento obrigatório cuja quantidade a juntar varia de 1 a 5%.

Finalmente, ainda podemos citar o emprego do sal na manteiga e no queijo, produtos que, todavia, têm maior cotação quando a quantidade de sal é mínima.

NOTA: — *Os interessados no preparo caseiro de picles, chucrute e demais conservas de hortaliças, bem como de linguiça, morcela e outras conservas de carnes podem solicitar instruções ao Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro.*

A LAVOURA

CIRCULA ININTERRUPTAMENTE DESDE 1897.

E' PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL A QUANTOS SE INTERESSAM PELOS NOSSOS PROBLEMAS AGRÍCOLAS E ECONÔMICOS.

DISTRIBUIDA **GRATUITAMENTE** AOS SÓCIOS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

PREÇO DA ASSINATURA ANUAL: CR\$ 60,00

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115-6.º — Caixa Postal: 1245. Tel.: 42-2981

Rio de Janeiro

Comissão Técnica de Cooperativismo

Por ocasião da instalação, no dia 5 de maio último, na Sociedade Nacional de Agricultura, desta Comissão, composta dos Srs. Diogenes Caldas, Fabio Luz Filho, Waldiki Moura, José Fernandes Gandra e Orlando de Almeida, o Sr. Antonio de Arruda Câmara, 3º Vice-Presidente dessa instituição, leu os seguintes dados, relativamente a "O Cooperativismo na Sociedade Nacional de Agricultura:

"O Art. 12 do primeiro regulamento da Sociedade (1897) estabelecia: "A Diretoria da Sociedade buscará obter dos poderes da União e estaduais e municipais, assim como das associações e particulares, medidas legais, legislativas e executivas, e os recursos que possam contribuir para o progresso agrônômico nacional".

Dentro dessa atribuição, procurou a Sociedade obter a atenção do govêrno para o cooperativismo. Havia o fundador e primeiro presidente da Sociedade, Dr. Antonio Ennes de Souza, no seu longo estágio nos países do norte da Europa, podido avaliar dos benefícios que essa fórmula trazia à agricultura e economia dos países.

Na "A Lavoura" de setembro daquele ano, o Dr. Germano Vert pedia a atenção para as nossas associações rurais, levando-lhes o exemplo dos sindicatos agrícolas franceses, aos quais, dentre outras atribuições, competia a "animação, criação e administração das instituições econômicas, tais como Caixas Rurais, Sociedades Cooperativas", etc.

O crédito agrícola constituiu, nos primórdios da Sociedade, como que um ponto obrigatório de estudo da parte de quantos, naquele terreno, aqui mourejavam. Preconizava-se o seu estabelecimento no Brasil, como meio de tirar a agricultura do marasmo em que se encontrava. Uma das suas modalidades, aconselhada, então, "pela função regular e mecanismo simples de seus órgãos, necessários e suficientes, os institutos de crédito conhecidos na Alemanha sob o nome de Bancos de Schultze Delitsche, os Vorschussbanke e as sociedades de empréstimos Raiffeisen ou de "crédito agrícola sob garantia solidária e ilimitada".

Em artigo de novembro de 1897, o fundador da Sociedade estudava essas instituições, "melhoradas nos últimos tempos e os moderníssimos institutos da República Francesa, conhecidos sob o nome de "Sindicatos Agrícolas".

Situa-se pois no ano de sua fundação a campanha que a Sociedade, ativando sempre, daí por diante, haveria de empreender em prol do cooperativismo no seio da classe rural brasileira.

Em 1901, o 1.º Congresso Nacional de Agricultura, reunido nesta Capital como parte — de que se incumbiu a Sociedade — dos festejos comemorativos do 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil, deu um grande passo no sentido de dar corpo ao sindicalismo e ao cooperativismo rurais no Brasil, votando as seguintes conclusões:

"SINDICATOS AGRÍCOLAS, COOPERATIVAS, CRÉDITO AGRÍCOLA"

20.^a — Reconstituído o crédito em geral a organização do crédito agrícola deve obedecer principalmente às formas modernas de crédito mútuo, dos sindicatos agrícolas, das caixas e federações cooperativas, segundo os princípios e preceitos de Raiffeisen e os modelos oferecidos pelos Drs. Wenceslão Bello e Fabio Leal.

Para a constituição do crédito agrícola, sob a forma de crédito mútuo, o Congresso oferece aos poderes competentes as bases de uma lei que tenha por fim aparelhar o direito de associação no país com os elementos convenientes ao nascimento e ao desenvolvimento dos diversos tipos, de sociedades comerciais cooperativas de crédito.

Para a formação e desenvolvimento dos sindicatos agrícolas o Congresso oferece igualmente aos poderes competentes as bases de uma legislação que preenche, para as necessidades de organização econômica da lavoura, uma importante lacuna.

21.^a — Não basta que uma legislação regular, pensada e já sagrada pela sanção de larga experiência nos países mais adiantados do mundo, se institua como o Congresso propõe; é mister que os agricultores em

geral compreendam as vantagens da união e cooperação como fatores de crédito e elementos poderosos de organização econômica e busquem praticá-las como os únicos, reais e seguros com que eles devem contar nos dias bons ou más que tiveram de atravessar os interesses e destinos da lavoura. E' assim que êle aconselha:

a) A união dos agricultores sob a forma de sindicatos agrícolas locais;

b) A organização de sindicatos centrais na Capital Federal e nas capitais dos Estados.

22.^a — A fundação dos sindicatos agrícolas ligados à das caixas locais e regionais de crédito mútuo agrícola, funcionando como caixas de depósito e operando por enquanto sôbre penhor agrícola perfeitamente constituído, facilitará a constiução do capital agrícola, com as economias assim reunidas da própria agricultura e com a aplicação cautelosa e segura que por êsse regimen se lhes dá.

23.^a — Revista a legislação sôbre o penhor agrícola, no sentido de constituí-lo em bases definidas e práticas, é mistér que sejam simplificados e bem garantidos os processos de execução e estabelecidas penalidades severas para seus defraudadores.

24.^a — Congresso Nacional de Agricultura é forçado a declarar que os repetidos empréstimos internos contraídos pelos Governos da União e dos Estados e a ação absorvente exercida pelas caixas econômicas federais e estaduais sôbre as economias de trabalho, do comércio e da indústria, qualquer que seja sua natureza, afastam e subtraem da lavoura a grande soma de recursos que poderiam ser sabia e proveitosamente utilizados pela união ou cooperação dos pequenos capitais.

25.^a — Esta função de previdência, como a pretende exercer e tem exercido o Estado, como uma disparidade formal de condições em relação a tôdas as outras formas de depósitos, cria-lhe pouco a pouco um verdadeiro monopólio que fará do Tesouro o maior dos banqueiros, esterilizando nos cofres ou despesas improdutivas dos Governos somas que deveriam ser fecundadas e vivificadas pelo trabalho da lavoura e da indústria".

No mesmo Congresso, foi apresentada e aceita, como subsídio, uma "Norma de estatutos para sindicatos agrícolas do Brasil", transcritos no 1.^o volume dos "Anuais" daquele memorável Congresso (Pgs. 229-233). Nessas "Norma", eram previstas a

"organização e manutenção de cooperativas e de caixas de empréstimos".

A idéia da arregimentação da lavoura pelos sindicatos agrícolas, uma vez afirmada como um postulado pelos congressistas de 1901, passou rapidamente para as deliberações legislativas, penetrando, em 12 de dezembro de 1902, na Câmara por um projeto de lei que, apoiado pela Comissão de Agricultura, converteu-se na lei n.^o 979, de 6 de janeiro de 1903.

Em vários Estados do país, começaram a ser criados sindicatos e cooperativas, dentro do espírito daquela lei, inspirada sem dúvida nos animadores resultados que a instituição vinha obtendo nos países da Europa.

Na Bahia, após a Conferência Açucareira promovida pela Sociedade, e da qual foi a figura máxima o Dr. Ignacio Tosta, formou-se o respectivo Sindicato Açucareiro, com a cooperação de 12 usinas importantes e do seu seio saiu, forte e bem aparelhada, a Cooperativa Açucareira sob a forma anônima. Também se organizou então uma Cooperativa de Alcool.

Em Pernambuco, onde a Sociedade promoveu a 2.^a Conferência Açucareira, e graças aos esforços do Dr. Luiz Correia de Brito, fundaram-es os seguintes sindicatos agrícolas: Goiana e Itambé, Cabo, Escada, Amaragy, Cameleira e Bonito, Palmares, Jaboatão, Ipojuca, Barreiros, Sirinhaém e Rio Formoso. O Sindicato de Goiana, além de uma atuação destacada no seio da classe rural, fundou uma Caixa de Crédito Cooperativo, levantando e pagando pontualmente na praça de Recife um empréstimo de 20:000\$000, sob a responsabilidade de solidária de todos os sócios.

Ainda como resultado da Conferência de Recife, os agricultores e industriais de açúcar promoveram a "União dos Sindicatos", locais, e a formação de uma cooperativa de Produção e Venda.

As classe produtoras — e aí, então, compreendiam-se como tais as que realmente o são — reclamavam do Governo (1906), uma lei de sociedades cooperativas, num movimento encabeçado pela Sociedade Nacional de Agricultura.

O Decreto 979, de 6 de janeiro de 1903, só foi regulamentado em 1907 (Dec. n.^o 6.532, de 20 de junho), referendado por Miguel Calmon, entusiasta dos trabalhos da Sociedade, com a qual tomara contáto em 1903, quando da realização do Congresso e Exposição de Alcool. Nêsse regulamento, como uma antecipação do diploma legal insistentemnte declamado (Art. 12), era prevista "a organização de coope-

rativas de produção e de consumo, caixas rurais, de crédito agrícola, associações de seguros, de previdência, de assistência, etc.", os quais, contudo, não envolviam o sindicato nas respectivas transações.

Finalmente, a 5 de janeiro de 1906, graças aos esforços desta Casa junto ao Governo, e em virtude de sua contínua propaganda, o então Ministro Miguel Calmon, mais tarde seu Presidente, assinou, com o Presidente Affonso Penna, o Decreto n. 1.637, regulado os sindicatos profissionais e as sociedades cooperativas. Essa lei, por sinal, haveria de ter, no país, uma longa vida de reais serviços ao cooperativismo, sem embargo das falhas que continha, corrigidas mais tarde por outros diplomas.

Um ano antes, 1905, fundou a Sociedade, nesta Capital, o "Comité Central dos Sindicatos Agrícolas dos Estados Açucareiros", sob a presidência de Wencesláo Bello, e destinado a dar orientação e impulso às organizações estaduais.

No ano seguinte, reúne-se, a convite do Sindicato Central dos Agrultores do Brasil, sob a presidência de João Baptista de Castro, os diversos representantes dos Sindicatos Agrícolas da Bahia, de Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Alagoas. Nessa ocasião, são traçados os planos e aprovados os Estatutos da Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil. A sua fundação, contudo, só foi levada a efeito em 7 de janeiro de 1911 — com elementos de todos os Estados.

O papel da Sociedade, como se vê, era multiforme: orientava, promovia, estimulava, organizava e reunia.

Resumiremos, contudo, sucintamente, o que foi o movimento nos Estados, como resultados da lei de 1903. Assim, em Alagoas, a Sociedade de Agricultura Alagoana, fundada em 1902, criou em seu seio uma "Câmara Sindical", com diretoria própria e, a seu lado, uma Caixa de Crédito Agrícola. A essa instituição o Governo, logo a seguir, cedeu a Usina Wanderley com os seus terrenos e edifícios, para aí serem instalados um instituto agrônômico e um posto zootécnico.

Em Santa Catarina, onde o movimento cooperativista, estimulado pela colônia alemã, datava de 1880, a Sociedade Catarinense de Agricultura se investia da liderança da Campanha Sindicalista e Cooperativista. Em Blumenau formou-se, naquele ano, a primeira cooperativa do Estado, de vida efêmera, porque as suas ações, após se depreciarem, acumularam-se nas mãos de um só indivíduo, desaparecendo sem deixar maiores resultados.

CRIADORES

**Prefiram os produtos veterinários
RAUL LEITE. São todos de eficiência
comprovada e segurança absoluta.**

VACINAS, TÔNICOS, VERMÍFUGOS. PRODUTOS PARA TÔDAS AS DOENÇAS E PARA TÔDAS AS ESPÉCIES ANIMAIS.

Na febre Aftosa — KUROS E COLÓIDO-CÁLCIO

Para banheiros carrapaticidas — GAVIÃO.

Nas bicheiras e bernas — CRESOS.

Nas verminoses — FENOTIAZINA — FENOLFTALEINA.

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.

Pegam folhetos e preços aos representantes nos Estados ou aos

Laboratorios

Raul Leite S. A.

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130 — RIO

Em 1898, aconselhados pelo Consul Italiano, Conde Roti, os colonos italianos da Colônia de Ascurra, organizaram outra Sociedade Cooperativa, que também pouco tempo durou. Foi reconstituída logo após, mediante ações de 20\$000, abrindo um armazem onde vendia os produtos agrícolas aos associados. No ano seguinte, em Cedro, formou-se outra cooperativa de consumo e exportação; em Blumenau, existiam, por essa época, duas cooperativas — a Rodeio I e a Rodeio II; ainda nêsse município, em 1904, formou-se uma outra cooperativa de consumo e produção, no local de Carijó, congregando 300 famílias. Joinville, Urusanga, e outros municípios catarinenses acompanham o movimento estimulado pela Sociedade Catarinense de Agricultura. Ao tempo, o Deputado Lebon Regis, depois colaborador permanente e diretor desta Casa, ofereceu ao Congresso Estadual um projeto de lei visando "amparar os sindicatos e cooperativas no Estado, mediante auxílio pecuniário e técnico".

Em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas, Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e outros Estados, o movimento cooperativista, irradiado da Sociedade através as suas **Conferências Açucareiras, Congressos de Agricultura**, Prospectos, Folhetos, Conferências, e ação, acorreram os entusiastas da idéia, aí tiveram início os primeiros passos em prôl dêsse movimento renovador da nossa agricultura.

Nunca, desde então, afastou-se a Sociedade de seus propósitos de dotar o país de uma rede de cooperativas, tão necessária à melhor distribuição dos produtos e salvaguarda dos interesses dos produtores e consumidores.

No que toca aos sindicatos — hoje tidos em outro sentido na legislação brasileira — houve por bem esta Sociedade abandonar, e oferecer à lavoura melhores meios de congregar-se, através da organização prevista no Decreto-lei N.º 8.127, de 24 de outubro de 1945.

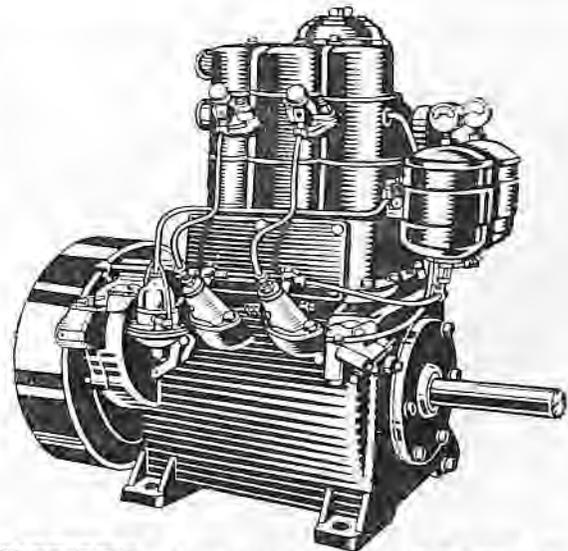
O cooperativismo, que outros diplomas, a que não foi alheia esta Casa, pelos seus técnicos e diretores — caminha vitorioso, e tudo diz que os seus objetivos serão atingidos, mercê da compreensão que já vai havendo de sua necessidade e utilidade e, também, pelos dedicados técnicos que o aplicam em todo o país.

Coube ao nosso grande e sempre pranteado Presidente Dr. Ildefonso Simões Lopes, instituir com caráter permanente, as Comissões Técnicas da Sociedade Nacional de Agricultura. Agora está a Diretoria da S. N. A., atendendo imperativos da evolução, empenhada no trabalho de reestruturá-las, adaptando-as às novas condições creadas.

Instalamos hoje a primeira Comissão Técnica de Cooperativismo — constituída pelos especialistas Diogenes Caldas, Fabio Luz Filho, Waldiki Moura, José Fernandes Gouvêa e Orlando de Almeida.

Dispensavel, é claro, apresentá-los.

Resta-nos, apenas, antecipar os nossos agradecimentos e os da família cooperativista do Brasil pelos serviços que vão prestar a C. T. C. da Sociedade Nacional de Agricultura.



DIESEL deve ser o seu MOTOR
HALLETT
a sua marca

Assistência técnica eficiente e peças sobressalentes como garantia de bom funcionamento

DISTRIBUIDORES GERAIS:

G. BORCHOFF & CIA.

RIO DE JANEIRO:

RUA RIACHUELO, 243

Caixa Postal: 619 — Tel.: 42-3720

SÃO PAULO:

AV. GAL. OLÍMPIO DA SILVEIRA, 63

Tel.: 514351

Telegramas: "Borgmagneto" — Rio ou São Paulo

Criação de Bezerros

CUIDADOS COM OS RECEM-NASCIDOS

Lincoln Moraes

Veterinário Zootecnista — Professor da Escola Fluminense de Medicina Veterinária.

Imediatamente após o nascimento, o bezerro necessita de toda a atenção. O criador deve verificar as condições em que se deu o parto e observar os primeiros cuidados da própria vaca para com sua cria. Si esta não se move, convem certificar-se logo se está ou não respirando.

Às vezes as ventas estão cobertas por fragmentos de membranas ou cheias de mucosidades. Faz-se rápida limpeza, para que o bezerro possa respirar com facilidade. Si, ainda assim, nada se consegue, procuram-se outros meios, com o mesmo objetivo: côcegas na mucosa nasal, com uma palhinha; baforadas de fumaça de cigarro nas narinas ou aspersão de água fria ou vinagre, também nas narinas. Todos estes meios podem provocar a respiração, por ato reflexo.

Estabelecida a respiração, mesmo fraca, deve-se fazer que a vaca lamba a cria, o que, aliás, faz vigorosamente e, via de regra, é suficiente. Caso a vaca, por qualquer circunstância, não o queira fazer, pôde-se estimulá-la polvilhando-se fubá de milho, farelinho ou sal sôbre o bezerro. Essa operação feita pela vaca nada mais é que um verdadeiro banho higiênico que ativa a circulação periférica e a respiração.

Outro recurso é friccionar o bezerro, fortemente, com uma escova, um pano ou, mesmo, com palha seca, provocando, assim, a respiração, por ato reflexo. Pôde-se, também, nos casos mais difíceis, em que falharem os meios simples até aqui indicados, proceder-se à respiração artificial, fazendo-se trações da língua, puxando-a para fóra, ao mesmo tempo em que se fazem compressões e relaxamentos alternativos do tórax, na região costal. Dão, às vezes, bom resultados umas palmadas vigorosas no peito.

Logo depois do nascimento, deve-se cuidar do cordão umbilical. Em geral êsse cuidado consiste apenas em desinfetá-lo

com tintura de iodo, uma vez expremida sua extremidade.

Em vez de apenas pincelar o cordão umbilical com a tintura de iodo, é muito mais prático e eficiente introduzi-lo completamente, durante uns dois minutos, num frasco de boca larga, contendo essa tintura até o meio ou mais, e bem ajustado à parede abdominal (barriga) do bezerro. Assim, fica bem saturado de iodo. A operação deve ser repetida 12 horas depois. E, ao fim de 8 dias, mais ou menos, quando cair a parte pendente ou "côto", deve ser pincelada, também com a tintura de iodo, a cicatriz resultante, pois, sem êsse cuidado, constitue essa cicatriz, pelo contacto com as sujeiras do estábulo, curral, abrigo ou campo, uma porta de entrada para os germes das doenças infecciosas dos bezerros, tão perigosa quanto a falta de tratamento do cordão umbilical quando nasce o bezerro.

Uma recomendação especial deve ser feita a respeito da tintura de iodo. Esta precisa ser fresca ou bem conservada em frasco de côr ambar e dotado de rolha de vidro esmerilada. Não deve ser empregada a tintura contida em frasco aberto ou com a rolha mal ajustada, estando o líquido quasi negro e de cheiro irritante. E' que, nestes casos, o iodo transformou-se em ácido iodídrico, que é cáustico e ocasionará "queimaduras" e, em consequência, crôstas de difícil tratamento.

Muitos criadores substituem a tintura de iodo por uma solução concentrada de creolina de marca conceituada.

Tratando-se de criação de gado fino, com o qual o criador se dispõe a não fazer economia, podem ser empregados o mercúrio cromo ou um pó secativo, à base de sulfanilamida. Nestes casos o cordão umbilical é protegido com um penso, mantido

durante 8 a 10 dias por meio de uma cinta abdominal.

É recomendável passar um pouco de óleo de peixe em torno da região, com o fim de afugentar as moscas.

Quando o cordão não se rompe, por ocasião do parto, o que é raro, ou ficou demasiadamente longe (mais de 30 centímetros), ha necessidade de cortá-lo. Primeiro é lavado; depois faz-se uma ligadura, a uns 8 a 12 centímetros da base, com fio assético ou, mesmo, um barbante ou palha de milho retorcida, embebidos em solução concentrada de creolina; a seguir, secciona-se o cordão abaixo da ligadura; e, finalmente, deve ser mergulhado na tintura de iodo, como acima foi explicado.

Nos casos em que o cordão ficou demasiadamente curto, deve ser feita logo uma ligadura a uns 2 ou 3 centímetros do ventre, cortando-se a parte restante a 2 centímetros da ligadura. É conveniente, então, lavar bem o "côto", introduzi-lo na tintura de iodo e ainda envolvê-lo em uma placa de algodão bem polvilhada de um pó secativo ou, preferentemente, de sulfanilamida. Uma cinta abdominal manterá a placa, durante 8 a 10 dias, presa ao local.

Se o ubre da vaca está sujo, é conveniente lavá-lo com água e sabão e secá-lo com um pano limpo, antes que o bezerro mame. Isto éle procura fazer dentro de meia hora, mais ou menos, depois de nascido. Si está muito fraco e não o faz, naquele prazo, precisa de ser ajudado: é levantado e mantido junto ao ubre; há casos em que é necessário colocar-lhe a teta na boca, espremendo-se um pouco de colostro (o leite dos primeiros dias após o parto).

Acontece, às vezes, nas vacas zebuínas e mestiças de zebús, que as tetas são muito grossas e precisam ser previamente "amaciadas", para que o bezerro possa chupá-las com facilidade.

Outras vezes é a vaca que, estando com ubre muito congestionado e dolorido ou, mesmo, porque quer "enjeitar a cria", não deixa que esta se aproxime para mamar. Será, então, tratada com doçura e mimada, o que, quasi sempre, resolve a situação. Caso contrário, terá de ser colocada no tronco ou levar entaves nos pés.

De qualquer forma, é sempre aconselhável uma mungidura, esgotando-se, assim, o ubre, para que diminua a congestão e fique menos dolorido. Quando a congestão é muito intensa, o que acontece, principalmente, nas primíparas, pôde ser combatida, banhando-se o ubre com um cosimento de malva e folhas de tamarindo (tratamento

bastante empregado na zona norte do Estado do Rio), ou com uma mistura de álcool e óleo de fígado de bacalhau (ou de cação), em partes iguais.

Logo que o ubre se torna menos dolorido a vaca vai deixando que a cria mame e passa a lhe dispensar todos os desvelos maternos.

Nas granjas leiteiras e quando o objetivo da exploração é a criação de reprodutores, as crias devem ser separadas das vacas umas 24 horas depois de nascidas. Si um zeberro forte permanece mais tempo com a vaca, pôde mamar em excesso e ter um bezerro forte permanece mais tempo diarréia, o que, via de regra, é de sérias conseqüências.

Além disso, em geral, é mais fácil ensinar a um recém-nascido, separado da mãe no primeiro dia, a aleitar-se num balde do que quando já se habituou a mamar durante mais tempo.

O bezerro deve ser bem protegido contra as correntes de ar, o frio e a humidade. Sua cama, de palha seca e macia, precisa ser abundante e renovada diariamente, si possível.

É indispensável que o recém-nascido ingira o colostro, isto é, o primeiro leite produzido pela mãe logo a seguir ao parto e cuja secreção perdura por alguns dias — até 8 e, mesmo, 10 dias.

O colostro, destinado pela natureza a ser, nos primeiros dias de vida, o único alimento dos mamíferos, é altamente nutritivo. Bem mais rico em proteína e albumina que o leite limpo em condições de servir de alimento ao homem, contém, também, um pouco mais de sais minerais, especialmente de cálcio e fósforo. E é, ainda, particularmente rico em vitamina "A".

Tem a propriedade de estimular o apetite do bezerro.

Possue ação laxativa e contribue, por isto, para livrar o tubo intestinal da matéria fecal (mecônio), nêle acumulada durante a vida intra-uterina.

Finalmente, está demonstrado que o colostro gosa da propriedade de proteger, temporariamente, o recém-nascido contra certas infecções do aparelho digestivo, graças aos anti-corpos específicos ou substâncias imunizantes que contém.

O animal vem ao mundo com mui pequena resistência contra tais doenças e, si não receber o colostro, fica sujeito a não resistir a essas infecções, notadamente as conhecidas vulgarmente pela denominação

genérica de **pneumo-enterite**. Depois é que, por si próprio, vai adquirindo uma imunidade relativa.

Quando por morte da vaca, por falta de secreção lactea (agaloxia) ou por outro qualquer motivo, não se dispõe de colôstro para dar ao bezerro, há necessidade de um sucedâneo. Um que dá bom resultado consiste na mistura das claras de seis ovos com leite fresco de vaca, para o primeiro repasto.

Para os seguintes, vai-se diminuindo uma clara de cada vez.

O emprêgo do sôro sanguíneo de vaca, em injeções endovenosas, não é recomendável para o nosso meio, quer pela dificuldade da aplicação, quer pela possibilidade da transmissão da tristeza (piroplasmoses e anaplasnose). Há autores que recomendam a mistura, ao leite, do sôro sanguíneo da vaca ou, mesmo, do próprio sangue integral.



CLUBE AGRÍCOLA "MIGUEL CALMON"

Ao Dr. William Simão, Chefe da Seção de Clubes Agrícolas do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do Clube Agrícola Miguel Calmon, enviou o seguinte relatório, referente às atividades do referido C.A. durante o ano de 1948: "O Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wencesláu Bello, registrado no S.I.A., sob o número 1098, vem, desde a sua fundação, em abril de 1946, cultivando, com grande entusiasmo, duas hortas, num total de 150 canteiros. Toda a produção é utilizada na alimentação dos alunos da escola, todos sócios do C.A. 1098, que dispõem assim, diariamente, de hortaliças variadas e frescas. Durante o ano de 1948 foram cultivadas as seguintes hortaliças: chicórea (lisa e crespa), alface repolhuda, nabo (chato e comprido), rabanete curto redondo, pimentão, cenoura meio comprida de Nantes, salsa, cebolinha, espinafre, beralha, tomate (paulista, japonês e americano), ervilha torta, vagem, mostarda, couve manteiga, couve rábano, batata-doce, beterraba, giló, repolho chato quintal almeirão e coentro. Desde 1947 vem o C.A., 1098 cuidando, também, do preparo de mudas de árvores frutíferas, principalmente das seguintes espécies: Laranja, abricó, graviola, fruta de conde, jaboticabeira, caimito, abieiro, mangueira, cajueiro, cereja do Rio Grande, etc. Desde 1948 (setembro), vem cuidando da avicultura graças ao auxílio que recebeu do S.I.A., constante de 100 metros de tela de arame, uma criadeira e 100 pintos de um dia. A criação, consta, atual-

mente de 68 cabeças (frangos e frangas). Toda a produção do aviário será também, consumida pelos alunos. Durante o ano de 1948, o C.A. 1098 colaborou com a direção da escola durante a realização da 1.ª Semana do Hortelão, tendo sido o seu diretor o Coordenador da Semana e o seu presidente, membro da Comissão do Bem Estar dos Semanistas. Ainda durante a 1.ª Semana do Hortelão, o C.A. 1098, teve oportunidade de homenagear o S.I.A., na pessoa do Dr. William Simão, que teve a gentileza de visitar o nosso Clube Agrícola e examinar, detalhadamente, todas as suas realizações. O C.A. 1098 concorreu à II Exposição Agro-Pecuária do Distrito Federal, realizada em 1948, tendo obtido os seguintes prêmios: a) campeão em mangas, b) 1.º prêmio em mangas, c) 2.º prêmio com sapotis, d) 2.º prêmio em mudas de ameixeiras, e) 3.º prêmio em mudas de goiabeira. O C.A. 1098 tem colaborado com as escolas primárias da Penha, fornecendo-lhes sementes e mudas de hortaliças. O dia da árvore é sempre festivamente comemorado. No ano passado, por exemplo, plantaram os alunos, no dia 21 de setembro, uma jaboticabeira (enxerto), tendo falado na ocasião, além do Diretor e do Presidente do Clube, um professor da Escola. É desejo do C.A. 1098 ampliar, cada vez mais, às suas atividades, contando para isso, como vem recebendo sempre, com o valioso auxílio do S.I.A., que, sem alarde, vem realizando uma obra notável, prestando assistência técnica e material aos numerosos Clubes Agrícolas espelhados em todos os recantos do país."

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

Francisco Trevia.

Produzir apenas o bastante para o consumo interno é problema que teremos de reputar secundário, para não tirar atestado de incapacidade de nos governarmos ou mesmo direito de viver.

A ação de produzir para exportar é, porém problema complexo que envolve inclusive tratados de comércio internacional.

Nossa incipiente indústria, sem um planejamento de conjunto capaz de crear um sólido arcabouço pela preferência do aproveitamento de nossas matérias primas, brota aqui ou ali ao sabor da idéia de cada um.

Daí a desconfiança, o retraimento da economia particular, quando de qualquer apêlo para formação de capital das sociedades anônimas, com finalidade industrial.

Este planejamento industrial de conjunto só será possível com a organização perfeita da nossa vida rural.

Ainda somos quasi "essencialmente agrícolas", e quando formos mesmos grandes industriais, o exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, nos mostra, teremos de ser grandes agricultores e pecuaristas.

Assim podemos concluir que não temos estes ou aqueles problemas a resolver e sim, um único problema que depende de um plano geral.

Devemos a par de uma política ruralista, de assistência técnica e financeira à Agricultura e Pecuária nacional, organizar com presteza nossos serviços de Transportes ferroviários e abrir rodovias que venham pelo menos alcançar estas estradas de ferro, partindo dos centros de produção intensiva. Transportes facéis por preços baixos, será meio caminho para a vitória na luta pela maior exportação; mas a parte mais importante ainda será o preparo das portas de saída para os nossos produtos.

O aparelhamento dos portos, localizados cada qual na parte mais conveniente ao escoamento dos produtos das diversas zonas do nosso vasto país, merece portanto um cuidado todo especial, e infelizmente isto não tem acontecido.

Um exemplo frizante, é o estado em que se encontra o porto de Camocim no Estado do Ceará.

Este porto com o melhor ancoradouro que se possa imaginar, está com sua entrada quasi obstruída, pela simples falta de um serviço de dragagem.

É o porto de escoamento natural, mais economico e que melhor condição oferece, para todos os produtos da zona Norte do Estado do Ceará e maior parte do Estado do Piauí.

Devidamente dragado, teria a preferência das escalas dos vapores de diversas Companhias de Navegação, pela facilidade de carga e descarga que já oferece por preço baixo.

Não será difícil de verificar-se neste caso, até mesmo a preferência pelo porto de Camocim, por parte dos produtores da zona do vale do Acaraú, até muito acima de Itaipoca.

Verificamos isto e não podemos compreender porque tarda tanto o serviço de dragagem do porto de Camocim.

Ao começar o presente inverno no Ceará, existiam no porto de Camocim, 12.000 toneladas de milho, cujos produtores com a chegada das chuvas prevendo a abundância da nova safra, procuraram vender, mesmo por preço baixo.

A maior parte desse milho, foi vendido ao Ministério da Guerra, que mandou embarcar para Porto Alegre.

Pois bem, os vendedores acabaram perdendo muito dinheiro; porque o Lóide, mesmo mandando um navio de pequeno calado capaz de entrar e sair carregado, não deixou que isto fosse feito.

Só aceitou o carregamento no ancoradouro externo e o que podia ser realizado no ancoradouro interno no máximo em três dias, levou oito dias para ser concluído, acarretando não só prejuizo aos carregadores que pagaram o transporte extraordinário até a barra, como à Companhia de Navegação, com a demora do vapor e consequente despesas com tripulação, máquinas consumindo carvão todo o tempo, etc.

Com serviços nestas condições não teremos a menor possibilidade de vencer. Os produtores como já vem acontecendo perdem a coragem e desanimados procuram a cidade.

Chegaremos assim a não produzir nem mesmo para nosso consumo e a fome das grandes cidades criarão problemas gravissimos com perigos evidentes para o que desejamos fosse o futuro glorioso da nação brasileira.

Concentração Fluminense de Produtores de Leite em Barra Mansa

Otto Frensel

Diretor Técnico da Sociedade
Nacional de Agricultura

Atendendo aos apêlos que lhe foram dirigidos por produtores fluminenses de leite, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, a cuja frente se encontra o ilustre engenheiro, Coronel Dr. Edmundo Macedo Soares e Silva, resolveu organizar em Barra Mansa, nos dias 22, 23 e 24 de Maio p.p., uma concentração de produtores de leite, técnicos e outros interessados. A organização de tão importante reunião foi confiada pelo Snr. Governador do Estado ao Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. O Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite também é 2.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, de cuja Diretoria igualmente fazemos parte ha longos anos, prestando, assim, modestos mas sinceros serviços, à causa dos produtores brasileiros. Somos, pois, suspeitos para falar do competente técnico e esforçado servidor público que é o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, ao qual nos ligam laços de sincera admiração. Para realçar, com justiça, a sua personalidade, basta lembrar as palavras do próprio Governador do Estado, Coronel Dr. Edmundo Macedo Soares e Silva ao se referir, em brilhante discurso, pronunciado em Barra Mansa, às razões que motivaram a escolha daquele competente profissional da agronomia para o cargo a que tanto brilho vem dando.

Juntamente com competentes técnicos da Secretária da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, fomos convidados pelo Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite para assistentes na organização da Concentração de Produtores de Leite. Para prestar iguais serviços de assistência foi convidado o conhecido técnico, Snr. Osvaldo Ballarin, o qual como autor de notáveis trabalhos sobre laticínios, sobressaindo o extraordinário livro "Notas sobre a bioquímica do leite", não precisa, evidentemente de apresentações.

Conhecedor profundo das reais necessidades dos laticinistas, quiz o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite proporcionar, não só aos produtores de leite do seu Estado, mas de todo o Brasil, uma oportunidade, verdadeiramente impar, para estudar e solucionar, dentro das possibilidades atuais, os seus verdadeiros

problemas. Guiado por tão elevado espírito público, o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, orientou a elaboração, não só do programa da referida Concentração, mas, mui especialmente, do extraordinário **temário** que devia servir de base à realização dos trabalhos projetados. Este temário foi amplamente divulgado e distribuído, não podendo ser publicado aqui por falta de espaço. Entretanto, teremos prazer em fornecer os poucos exemplares ainda existentes, aos estudiosos do assunto e, também, para orientação de eventuais futuras reuniões desse gênero.

No domingo, dia 22 de maio p.p., pela manhã, o Snr. Governador e comitiva visitaram a Fábrica de Produtos "Nestlé", da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares, em Barra Mansa. Ao meio dia essa companhia ofereceu um almoço ao Snr. Governador, comitiva e outros convidados. Falou em nome da companhia, oferecendo o almoço, o Snr. Dr. Augusto da Fonseca Machado. O Snr. Governador respondeu, agradecendo, com brilhante discurso.

As 14 horas teve lugar a solenidade da inauguração dos trabalhos, no salão do Cinema Palacio, gentilmente cedido para este fim. Diante de grande assistência, tomaram parte da mesa, presidindo os trabalhos, o Snr. Governador do Estado, Snr. Coronel Dr. Edmundo Macedo Soares e Silva.

Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

Dr. Flavio Miranda Gonçalves, Prefeito Municipal de Barra Mansa.

Paulo Monteiro Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa.

Senador Alfredo Neves.

Dr. Cesar Pires de Melo, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada.

Dr. Marcos Miglievich, representando o Snr. Prefeito do Distrito Federal.

Dr. Sebastião S. Ferreira de Andrade, Diretor da Fábrica Escola de Laticínios "Cândido Tostes", representando o Snr. Se-

cretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais.

Dr. Mario Teles da Silva, Diretor da Divisão de Fomento da Produção Animal, representando o Ministério da Agricultura.

Dr. João Rodrigues de Alckmin, representando a FARESP.

Capitão Acacio Gonçalves da Silva, representante do Governo Federal junto a CCPLL.

Otto Frensel, representando a Sociedade Nacional de Agricultura.

Sebastião Coutinho, Presidente da Associação Comercial e Agrícola de Barra Mansa.

Antonio Alves Amorim, Presidente da Cooperativa Agro-Pecuária do Município de Barra Mansa.

Dr. Rodrigues Perlingeiro, Juiz de Direito da Comarca.

Entre os presentes se encontravam, além de elevado número de diretores de Cooperativas e produtores de leite, os Snrs. Dr. Osvaldo Paixão, também representando a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, Dr. Frode Madsen, conhecido técnico em laticínios, professor e representando a Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais e muitos outros.

Inaugurando os trabalhos, pronunciou brilhante oração o Snr. Governador do Estado o qual expoz o pensamento de seu Governo, perante as finalidades da concentração. Falou, a seguir, o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, expondo os trabalhos que precederam a organização dessa concentração e o interesse do Governo em auxiliar os produtores em suas justas aspirações. Em nome dos produtores de leite, falou o Snr. Dr. Cesar Pires de Melo, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada. Falaram também os Snrs. Capitão Acacio Gonçalves da Silva, Representante do Governo Federal, junto a Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada; Dr. João Rodrigues de Alckmin, representante da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; Antonio Alves Amorim, Presidente da Cooperativa Agro-Pecuária do Município de Barra Mansa; Sebastião Coutinho, Presidente da Associação Comercial e Agrícola de Barra Mansa; Deputado Federal Dr. Paulo Fernandes; Dr. José Lins de Albuquerque, Presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite de Sossêgo, em Minas Gerais, Dr. Osvaldo Fonseca, Deputado Estadual; Otavio Denys Filho representante da Cooperativa Agro-Pecuária de Santo Antonio de Pádua; Senador Alfredo Neves e outras personalidades.

Ao encerrar os trabalhos, o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite, agradeceu em nome do Snr. Governador, a presença e a colaboração de todos, passando, a seguir, a presidência dos futuros trabalhos ao Snr. Dr. Pires de Melo, Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Limitada. Nova reunião foi convocada para as 21 horas na sede da Associação Comercial, gentilmente cedida para este fim pela sua digna Diretoria e na qual, também, já se achava em funcionamento a Secretaria da Concentração. Sob aplausos gerais e acompanhado de todos os presentes, o Snr. Governador se retirou da reunião.

Na reunião que teve lugar às 21 horas na sede da Associação Comercial, o Snr. Presidente em exercício designou uma comissão, aprovada pelos presentes, afim de estudar os assuntos, constantes do temário. Esta Comissão ficou incumbida de discutir suas conclusões numa reunião preliminar no mesmo local às 16 horas do dia seguinte. Assistiu aos trabalhos desse dia o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite.

No dia seguinte no local e hora marcados, teve lugar a reunião da comissão citada a qual discutiu amplamente várias sugestões e pareceres apresentados pelos seus membros. Unificados, finalmente, em torno de uma conclusão única e definitiva, os presentes resolveram convocar, imediatamente, os membros da Concentração, em sua maioria já presentes, afim de submeter à sua apreciação as conclusões da referida comissão. A conclusão em aprêço, já amplamente publicada na Imprensa Carioca, foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Discursou o Snr. Dr. Cesar Pires de Melo, agradecendo o espírito de cooperação dos presentes e pedindo uma moção de homenagem especial para o Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes a seguir passou novamente a Presidência ao Snr. Dr. Edgard Teixeira Leite o qual, tendo assistido a todas as reuniões, agradeceu as homenagens que lhe tinham sido feitas. Encareceu novamente o desejo do Governo do Estado de auxiliar os produtores em suas justas necessidades. Por último pronunciou brilhante oração, em nome dos produtores de leite, o Snr. Dr. Athanagildo Leite Ferraz, sendo vivamente aplaudido. Em seguida os trabalhos foram encerrados.

O programa do terceiro dia, constou de um churrasco oferecido aos membros da Concentração, autoridades e convidados especiais pela Prefeitura Municipal e pela Cooperativa Agro-Pecuária de Barra Mansa.

BICHO DAS FRUTAS

Como combatê-los

Cesar Seára

Eng.-Agrônomo, do Serviço de Informação Agrícola

É o flagelo dos que cultivam ou gostam de comer frutas. Dá-se uma dentada num pêssigo aveludado, numa goiaba, numa jaboticaba e eis que um vermezinho amarelo surge todo assanhado à nossa vista, tirando o apetite da gente. Um lindo pomar com fruteiras as mais diversas ou um laranjal exuberante a prometerem copiosa produção e então os frutos começam por se apresentar bichados, perdendo-se boa parte da safra.

É o antipático Bicho das Frutas, êsse extra-prazer das crianças e adultos que os técnicos chamam com mais propriedade de "Mosca das Frutas". Sim, mosca é o que aquele vermezinho nojento será em seu estado adulto. E mosca de duas espécies, que, por serem quasi iguais e terem hábitos idênticos, não os distinguiremos quanto ao que nos importa esclarecer, que é o meio de combatê-las e apenas por curiosidade daremos os seus complisados nomes científicos e que são: a *Anastrepha fraterculus* e a *Ceratites capitata*, também conhecida por Mosca do Mediterrâneo. E se querem saber como agem êsses insetos tão daninhos, aí vai um apanhado da sua biologia, para facilitar a compreensão dos meios de combatê-los: A mosca, de corpo amarelo, asas transparentes e de 4 a 5 cms. de comprimento, deposita seus 3 a 5 ovos, dentro do fruto ainda verde, em cuja casca faz um furinho. Alguns dias depois, os ovos descascam e deles nascem as larvas — os tais bichos — que ficam dentro do fruto cêrca de 20 dias a sorver-lhe a polpa. Aí então, sós ou com o fruto que cái, vão as larvas para o chão, onde passam 15 dias no estado de pupa, ou seja, envoltos numa camada endurecida que criam e dentro da qual se transformam em moscas, atingindo assim o estado adulto. E toca a voar, à procura de alimento — substâncias açucaradas — e também para se reproduzirem, repetindo o ciclo já acima descrito.

Proteção aos frutos

Até hoje não se conseguiu um meio eficiente de evitar o ataque das moscas aos frutos senão ensacando-os. Isto há de parecer assombroso, mas em muitos países de fruticultura adiantada é aplicado em grande escala. Tal processo é bastante caro e exigido muita mão de obra, além de prejudicar a coloração dos frutos, que apenas receberão sol na época da maturação, através do papel do saquinho, que por isto deve ser o mais transparente possível e encerado. O tamanho dos saquinhos deve variar de acôrdo com o dos frutos, mas em média pode ser de 12 x 15 cms., tomando-se o pêssigo por padrão. Usar cola de caseína ou costurar os seus bordos, sendo a boca presa ao podúnculo dos frutos, logo que êstes estejam bem formados, com barbante, arame ou "clips" apropriados.

Meios profiláticos

Conhecida a biologia dêsses insetos, fácil será deduzir que os frutos bichados constituem focos de disseminação e como tal compete enterrar a uma profundidade mínima de 50 cms. todos os que se apresentarem atacados e caídos no chão.

Combate às moscas

Em regiões de grandes cafezais ou laranjais, a proteção aos pomares é bastante difícil, pois que as moscas dispõem de considerável material para fazer a sua postura. Daí o combate direto à Mosca das Frutas não surtir resultados compensadores em alguns pomares. Não obstante, a pulverização da copa das árvores frutíferas com substâncias atraentes para as moscas, que contenham de mistura inseticidas de ingestão, tem apresentado re-

sultados compensadores. O inconveniente que apresenta tal tratamento é o de também se envenenarem as abelhas melíferas e outros insetos úteis.

Resume-se este tratamento na aplicação de 1 litro por pé, e pulverizador em jato grosso, de 15 em 15 dias, desde a frutificação até 30 dias antes da colheita, da seguinte fórmula:

Fluossilicato de sódio	250 gramas
Açúcar mascavo	5 quilos
Água	100 litros

O arseniato de chumbo, na mesma proporção, pode substituir o fluossilicato, mas, por ser aquele muito tóxico, torna-se mais perigosa a sua manipulação.

O emprêgo de iscas envenenadas, como tratamento subsidiário é também aconselhável. É feito por meio duma bucha de estopa, que se pendura à árvore, protegidas aquelas por um pequeno pedaço de folha dobrada em forma de telha. A bucha é embebida na seguinte mistura:

Arseniato de chumbo	35 gramas
Melaço	1 quilo
Água	1 litro

Deixar ferver durante 10 minutos.

Outros meios de combate

Existem ainda outros meios de combate, como os frascos apanha-moscas, que, por muito dispendioso, deixamos de aconselhar e os meios de contrôle biológico. Este é feito usando-se um inimigo natural da Mosca das Frutas, a “vespinha africana”, sôbre a qual o Instituto Biológico de São Paulo poderá fornecer maiores explicações.

E dito isto, aqui fica o nosso consêlho final. Nos Estados mantém a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, Largo da Misericórdia, s/n, 3.º and., técnicos e material para combate às pragas e doenças das plantas. Consulte-os, antes de mais nada, que andarâ acertado.



Descobertas esquecidas

Pode-se dizer que no decorrer de quase toda a história da humanidade se tem feito descobertas em todos os terrenos. Sucedeu porém muitas vêzes que o uso ou a aplicação do que se tinha descoberto foram esquecidos alguns séculos depois. Assim podia acontecer que alguns séculos mais tarde uma coisa foi descoberta outra vez. Sôbre tudo no terreno das medicinas isso sucedia com freqüência. Muitas teorias da medicina atual foram conhecidas antes de Hipócrates, o médico mais famoso da antiguidade. A descoberta da circulação do sangue, por exemplo, não foi do século XVII, senão 2000 anos antes e o descobridor foi o médico de câmara de faraó Seleuco I. Os antigos Egípcios já conheceram a narcose que só no século passado se tornou a descobrir. As teorias dos hormonios, a grande descoberta dos últimos decênios, eram bem conhecidas dos médicos gregos e romanos e constituia a base da preparação dos filtros. Na antiguidade também se tinha noções da bacteriologia. Os Gregos por exemplo, tinham serpentes para matar os ratos que consideravam transmissores da peste — e com razão. Tem-se pedido determinar por meio de inves-

tigações que os Babilônios sabiam — ou pelo menos suspeitavam — que o paludismo foi transmitido pelos mosquitos. Também esta determinação foi deitada ao esquecimento no decorrer dos séculos. E só no final do século passado Ronald Ross tornou a descobrir a transmissão do paludismo. Agora podemos crer porém que nenhuma descoberta será posta no esquecimento, pois hoje em dia podemos, escrever tudo, conservando-o assim para posteridade. Também a maneira de lutar contra o paludismo será sempre conhecida. A Comissão muito experta de Paludismo da antiga Sociedade das Nações, a titulo preventivo recomenda que se tome uma dose diária de 400 miligramas de quinina durante toda a estação das febres e algum tempo depois e para o tratamento da doença uma dose diária de 1-1,3 gramas durante 5 a 7 dias. Não se faz tratamento complementar e todas as recidivas são tratadas da mesma maneira.

E graças ao papel será possível conservar para sempre a descoberta importantíssima da dose exata da quinina para lutar contra o paludismo.

Consultas e informações



Pelo
Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico de "A Lavoura"

Propagação da fruta-pão

Esclarecendo à um nosso consórcio do Estado do Espírito Santo, tenho a informar que a fruta-pão, cientificamente chamada *Artocarpus incisa*, L., pód eser propagada por meio de rebentos, estacas de raízes e alporquia. O processo mais usual de multiplicação de tão útil Morácea, é, sem dúvida, a multiplicação pelos rebentos que surgem das raízes.

Limão rosa

Esclarecendo à um nosso consórcio do Estado de Minas Gerais tenho informar que o limão rosa é, realmente, o limão chave (*Citrus limonia* Osbeck), muito utilizado como porta-enxerto para laranjeira, principalmente pela resistência que apresenta a uma doença chamada tristeza dos Citrus. O limão rosa não deve ser plantado nos lugares de clima frio, porque é pouco resistente ao frio.

Septoriose do tomateiro

Pela descrição do consulente, Snr. % P. A., do Distrito Federal, trata-se, provavelmente de uma enfermidade do tomateiro chamada "septoriose", provocada por um fungo, cientificamente chamado *Septoria lycopersici*, Speg. Como medida preventiva aconselhamos pulverizações com calda bordalesa a 1% desde qu eas plantas tenham uns 15 a 20 centímetros de altura, repetidas

de 20 em 20 dias. A destruição de tomateiros muito atacados, bem como a dos restos de cultura que tenham sofrido a ataque do fungo, é uma medida indispensavel.

Estudo da horticulultura

Esclarecendo a Snra. A. S. O., do Distrito Federal, tenho a informar que na Escola de Horticulultura Wencesláo Bello, além do curso normal de horticulultura feito em dois anos, diplomando hortelões, funcionam cursos práticos e rápidos de horticulultura, como o Curso Avulso de Horticulultura, ministrado e em colaboração co ma Universidade Rural, com a duração de quinze semaans e com aulas três vezes por semana, e o Curso Prático de Hortas Domésticas, ministrado em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, ministrado uma vez por semana e com a duração de 12 aulas.

Enxertia por encostia

Respondendo ao Snr. M. O., do Estado do Rio, tenho a informar que, realmente, a enxertia da mangueira por encostia é a mais trabalhosa. Entretanto essa modalidade de enxertia é a mais segura, pois oferece maiores probabilidades de "pega". Como porta-enxerto, deve o consulente usar mangueiras de pé franco, criadas em latas, para poderem ser transportadas para junto da mangueira que se quer multiplicar.

O McCORMICK INTERNACIONAL FARMAL C

Prosseguindo no seu programa de melhoramento das suas máquinas, iniciado após o término do último conflito mundial, a International Harvester anunciou, recentemente, a produção do seu novo trator agrícola da linha Farmall, mais conhecido como o "C".

É este trator a última adição à conhecida "Família Farmall", para trabalho em fazendas de plantações em fileiras. Projetado para substituir o antigo Farmall "B" o trator "C" deverá desempenhar as mesmas funções que o seu antecessor, apresentando, porém, tôdas as características e melhoramentos introduzidos na fabricação de tratores nos últimos anos.

Incorpora certas vantagens sôbre o antigo "B" tais como: aumento de potência do motor, melhor disposição dos seus contróles e, de

mais destaque, o novo Contrôle Automático de Ação Dupla (Touch Control), que, entretanto, é fornecido como equipamento especial contra o pedido.

Para o melhor aproveitamento do trator "C" êle se apresenta acompanhado por uma variedade de implementos agrícolas adaptáveis ao trator para trabalho conjunto: o Arado de Discos C-151, o Cultivador C-244, a Grade de Discos 9.A, a Plantadeira C-272 e a Segadeira C-21.

Seguem as principais especificações do novo trator:

Motor tipo	Válvulas no cabeçote
N.º de cilindros	4
Combustível	Gasolina
Diam. e Curso dos pistões, polg. ..	3 x 4
Razão de Compressão	6 para 1
H.P. na Barra de Tração 1650 R.P.M.	18,5
H. P. na Polia	20,5

Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslau Bello

Cursos em colaboração com a Universidade Rural

O Snr. Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho, aprovou o plano de cursos que serão ministrados no corrente ano na Escola de Horticultura Wencesláo Belo, em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural. De acôrdo com o referido plano, serão realizados em 1949, no tradicional estabelecimento de ensino, seis cursos, sendo dois de Extensão de Fruticultura, dois Avulsos de Horticultura e dois Avulsos de Citricultura.

Curso Avulso de Citricultura

Tiveram início no dia 15 de janeiro, as aulas do Curso Avulso de Citricultura, a cargo do Professor Geraldo Goulart da Silveira, e realizado em colaboração com a Universidade Rural. No referido curso estão matriculados trinta e oito alunos.

Designação de professores

O Snr. Ministro da Agricultura designou o Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira para professor nos cursos de Citricultura, Fruticultura e Horticultura; o Engenheiro Agrônomo Jalmiréz Guimarães Gomes, para professor dos cursos de Fruticultura e Horticultura; o Engenheiro Agrônomo Subael Magalhães da Silva, para professor do curso de Horticultura e o Professor Pedro Goulart da Silveira para o curso de Horticultura, todos realizados na Escola de Horticultura Wencesláo Belo em colaboração com a Universidade Rural.

Relatório da Escola

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wencesláo

Bello, apresentou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura o relatório final das atividades da referida Escola durante o ano de 1948. Foram muito animadoras as atividades da Escola no ano passado. Matricularam-se em seus diferentes cursos mil trezentos e setenta e três alunos e concluíram os cursos, setecentos e oitenta e nove alunos.

Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo

A Escola de Horticultura Wencesláo Bello esteve representada na Primeira Mesa Redonda da Conservação do Solo, realizada em S. Paulo, sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira, pelo Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira que foi designado delegado da Sociedade Nacional de Agricultura ao referido certame. O Professor Geraldo Goulart da Silveira apresentou um trabalho subordinado ao título "Orientação e instrução dos agricultores a respeito da fertilidade do solo".

Dr. Antonio de Arruda Câmara

Viajou em janeiro, para o norte do país, o Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wencesláo Belo, designado pelo Ministério da Agricultura, para desempenhar importante comissão.

Cursos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

Está previsto, para o corrente ano, a realização, na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, de vinte e quatro cursos práticos sôbre os mais variados assuntos, graças à colaboração e auxílio da Fundação Getúlio Vargas.

Cursos Práticos

Nos cursos práticos ministrados em 1948 na Escola de Horticultura Wencesláo Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, matricularam-se mil cento e quarenta e cinco alunos o que é um índice muito expressivo da oportunidade e objetividade dos referidos cursos.

Cursos Permanentes em 1948

Em 1948, graças ao auxílio da Fundação Getúlio Vargas, puderam ser ampliadas as matrículas nos cursos permanentes da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, que funcionaram sob regime de internato gratuito, como vem acontecendo desde 1937, data da fundação da Escola. O movimento de matrículas nos referidos cursos foi de 54 alunos no curso de Hortelão, 39 no curso de Fruticultor e 25 no curso de Floricultor.

Educação e Assistência Social às Populações Rurais

O Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Professor da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, apresentou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura um trabalho sobre "Educação e Assistência Social às Populações Rurais", que será publicado pela referida Sociedade.

Doze anos de atividades

Completará no dia 15 de Maio doze anos de atividades ininterruptas em prol do ensino hortícola no país, a Escola de Horticultura Wencesláo Bello, modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Romeu Rampazzo

A Escola de Horticultura, Wencesláo Belo registra, com profundo pesar, o falecimento do jovem horticultor, Romeu Rampazzo que fazia parte do corpo docente da mesma, como assistente das cadeiras de Horticultura, e de Floricultura. A Escola, de Horticultura Wencesláo Bello, mandou rezar, em Santa Leopoldina, sua terra natal, missa, que foi celebrada pelo Reverendo Henrique Otte, que, desde a fundação

da Escola, encaminha rapazes para a mesma.

Cursos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

Estão em funcionamento, na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, nove Cursos Práticos, ministrados em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas. Nos referidos cursos estão matriculados *duzentos e cinquenta e três alunos*, entre os quais, estudantes, funcionários públicos, militares, comerciários, professores, farmacêuticos, ferroviários, contadores etc. Os cursos em funcionamento são: Jardinocultura, Reflorestamento, Multiplicação Vegetal, Organização de Museus Escolares, Restauração de Pomares, Noções de Estatística Agrícola, Cálculos e Medidas Agrárias, Cultura de Raízes e tubérculos Hortícolas e Melhoria do Solo.

Orientador dos Cursos Agrícolas da F. G. V.

Por indicação do Prof. Luiz Alves de Matos, Diretor do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, foi designado para o cargo em comissão de Orientador de Cursos Agrícolas da referida entidade, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, do corpo docente da Escola de Horticultura Wencesláo Bello.

Movimento de Matrículas da H. H. W. B.

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wencesláo Bello comunicou ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que o movimento de matrículas no internato da referida Escola foi, no corrente ano, o seguinte:

- a — Curso de Hortelão — 52 matrículas
- b — Curso de Fruticultor — 37 alunos
- c — Curso de Floricultor — 14 alunos

Conforme se verifica, estão matriculados nos três cursos, *cento e três alunos*. Estão internados na E.H.W.B. alunos provenientes dos seguintes Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Estado do Rio, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná. Graças ao auxílio que vem recebendo da Fundação Getúlio Vargas, tem podido a Escola de Horticultura Wencesláo Bello, ampliar a capacidade de seu internato.

Diretoria do Clube Agrícolas Miguel Calmon

Para dirigir o Clube Agrícola 1098, registrado no S.I.A., e constituído pelos alunos da

Escola de Horticultura Wenceslão Bello, foi eleita e empossada a seguinte diretoria: Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor; Antonio Albano, Presidente; Irandir Holzmeister, Secretário; Rubens Lopes da Rocha, tesoureiro; José Louredo, Moacyr Barbosa Agamenon Rezende Pereira, Waldemar Paula de Araujo e João Borges de Alvarenga, zeladores.

Presidência da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e 3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura foi eleito Presidente da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores do Distrito Federal. O Dr. Antonio de Arruda é profundo conhecedor dos problemas relacionados com o cooperativismo e à frente da Cooperativa para qual foi eleito, realizará, sem dúvida, uma profícua administração.

Cursos em colaboração com a Universidade Rural

Estão em funcionamento, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, o Curso Avulso de Horticultura e o Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, ministrados em colaboração com a Universidade Rural.

1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização

Para a 1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, preparou uma tese subordinada ao título "Escolas profissionais agrícolas para as zonas de colonização", que será uma das contribuições da Sociedade Nacional de Agricultura ao referido certamen. O Dr. Antonio de Arruda Câmara, diretor da referida escola, enviou também, vários trabalhos como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura.

ALFA LAVAL

DESNATADEIRAS
DE 1.000 A 5.000
LITROS A HORA

Encarrega-se
de Usinas de Leite
e seus Derivados

Gazes para Refrigeração:
Amonea — Freon 12
— Metila e Sulfuroso

B
A
L
T
I
C



DE
65
A
550
LITROS
A
HORA

MATERIAL
GERBER
PARA
ANÁLISE
DE
LEITE

Sociedade Importadora Suíça Ltda.

ENGENHEIROS:
RUA ARMANDO SALES
DE OLIVEIRA N.º 12
End. Telegr.: "Sisla"



IMPORTADORES:
Caixa Postal, 1404
RIO DE JANEIRO

ZOOLOGIA APLICADA**LACRAUS E LACRAIAS**

F. Murinho Braga
Prof. de H. Natural

O presente artigo tem o objetivo de evitar as constantes confusões que fazem muitas pessoas quando se referem a esses dois animais. E esse engano pode ter consequências graves, em vista do comportamento desses animais ou melhor, como agem as peçonhas que eles inoculam nos nossos corpos quando nos atacam. Sabendo-se distinguir os dois animais, evidentemente pode-se proporcionar às suas vítimas um tratamento específico que lhes trará a rápida cura.

Em geral nossos lavradores e criadores denominam as Lacraias aos conhecidos Miriapodos ou Centopeias e Lacraus aos Escorpiões, mas erroneamente supõem que as lacraias sejam femea dos Lacraus. Os escorpiões e miriapodos são é fato, artrópodos e além de caracteres, diferenciais bem distintos possuem peçonhas de ação bem diversas uma da outra. A conformação do corpo é muito diferente: enquanto as Lacraias apresentam um corpo alongado, formado de segmentos chatos cada um deles com um par de patas (Quilopodos), os Lacraus (Escorpiões) possuem um post-abdomen ou uma calda. E' precisamente nesta calda que se encontra o ferrão ou seja o órgão inoculador do veneno. Já nas Lacraias o órgão inocular da peçonha é formado pelos dois primeiros pares de patas que sofrem modificações para melhor desempenho de sua função e que tecnicamente são denominadas forcipulas. Cada forcipula possui uma glândula de veneno que é injetado nas vítimas quando alcançados pelos ferrões.

O envenenamento causado pelas Lacraias, de um modo geral, determina vômitos e dôr intensa com inflamação da região atingida. Os tratamentos mais indicados

consistem em aplicações de compressas de alcool e de amonea na parte ofendida, além da limpeza da ferida com desinfetantes, tintura de iodo diluida, soluções fracas de permanganato de potassio.

Pode-se também tomar qualquer analgesico para aliviar as dôres, tais como cafiaspirina, melhoral, cibalena, veramon, aspirina, etc. e se as dôres forem muito violentas fazer injeções sub-cutaneas de heroína, trivalein, pantopan, novocaina, etc., em torno do ferimento. Combatem-es as nauseas e os vomitos com água clorofirmada ou poção de Rivire, dadas as colheres de chá ou de sobremesa de 10 em 10 minutos e para que se processe a aleiminação mais rapida do veneno podem ser dados os "chás" de folhas de abacateiro ou de barbas de milho. Até agora não existe nenhum tratamento soroterapico específico contra a peçonha destes animais. Já as picadas ou ferroadas dos Lacraus apresentam certa gravidade, sobretudo se as vítimas forem crianças. E' que a peçonha dos Lacraus — escorpiões — é de natureza neurotoxio determinando não somente dôr aguda e arroxeamento da região ofendida, mas também "deglutição" difícil, nauseas, vômitos ou diarréa, calafrios mais ou menos intensos e transpiração fria; lacrimejamento, corrimento nasal e salivação abundantes; sensação de sede, dôr de cabeça e excitação nervosa. "Esses sintomas nos casos graves, observados sobretudo em crianças, complicam-se de falta de ar com respiração ofegante e entre-cortada, pulso rápido e pouco nítido, baixa a temperatura do corpo e as vêses, colapso, algidez, anuria e como terminando pela morte".

O tratamento para as ferroadas dos Lacraus é o uso da injeção de sôro anti-escor-

pinico devendo-se usar 2 empoulas quando se tratar de criança. O mais aconselhável é que os Lavradores e Criadores procurem os Médicos que assim, estarão à salvo de qualquer inconveniente mais perigosos.

As Lacraias e Lacraus vivem em lugares sombrios, depósitos de madeira, porões de casas velhas, e se alimentam de pequenos animais que caçam e matam, sobretudo de baratas e lagartas.

Antes de terminar quero chamar a atenção dos Lavradores e Criadores para um importante detalhe de ordem prática. Algumas pessoas supõem que são as duas garras dos Lacraus que inoculam o veneno e na ocasião de matá-lo pisam apenas na cabeça, deixando ou permitindo que a cauda fique livre para a ferroada. O inverso se passa quando se trata de matar a Lacraia, porque estas possuem 2 pares de patas, situadas no último segmento do corpo e semelhante a 2 garras. Acontece então que varias pessoas procuram esmagar essa região crendo liquidar com o bicho, deixando livre a parte anterior onde justamente existem as forcipulas com os respectivos ferrões, de modo

que a Lacraia virando-se sobre seu corpo atinge a sua vítima.

No Brasil são muito abundantes os Lacraus e as Lacraias muito embora eles aqui não atinjam o considerável tamanho que alcançam em outros países, como é o caso do famoso Pandinus imperator, Lacrau, escorpião africano cujo comprimento atinge a mais de 20 cms., enquanto os nossos Tytius e Buthus não vão muito além de poucos centímetros. O mesmo se dá com as Lacraias (Centopeias), muito embora temos a Escalopendra gigas que chega a alcançar mais de 25 cms.

Entretanto é enorme a quantidade de Lacraus encontrado em Belo Horizonte e grande é o número de Lacraias no Distrito Federal e em Niterói.

Para terminar esta despreziosa vulgarização chamo atenção para os Congolos ou Embôas que são também Miriapodos mas inofensivos ou melhor sem órgão inoculador de peçonha. Creio que o maior inconveniente que nos causam é entrarem nos ouvidos e por isso é que são também conhecidos por Bicho de ouvidos.

Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

(CARBÚNCULO SINTOMÁTICO)

ANTICARBUNCULOSA

(CARBÚNCULO HEMÁTICO)

CONTRA A DIARRÉIA DOS BEZERROS

(PNEUMOENTERITE)

40 ANOS DE ABSOLUTOS SUCESSOS

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

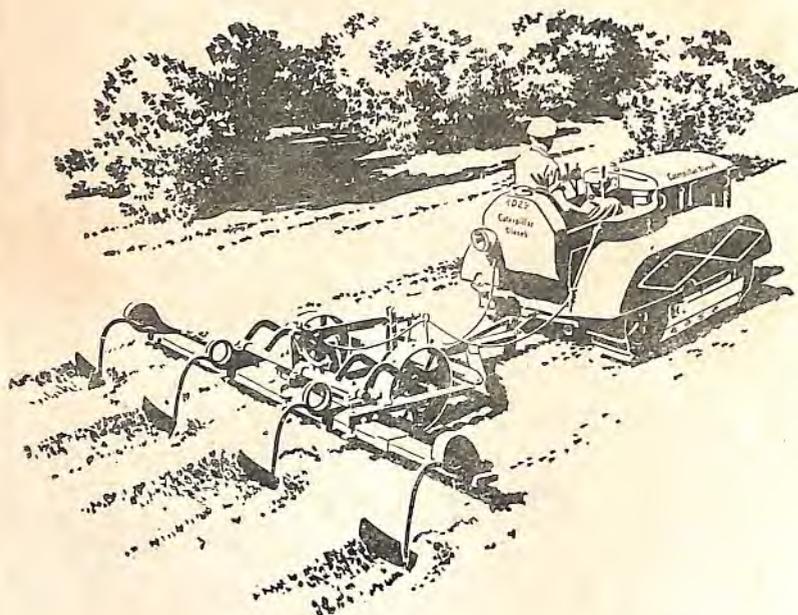
RUA LICÍNIO CARDOSO, 91

Telefone: 28-9966

Caixa Postal, 1420

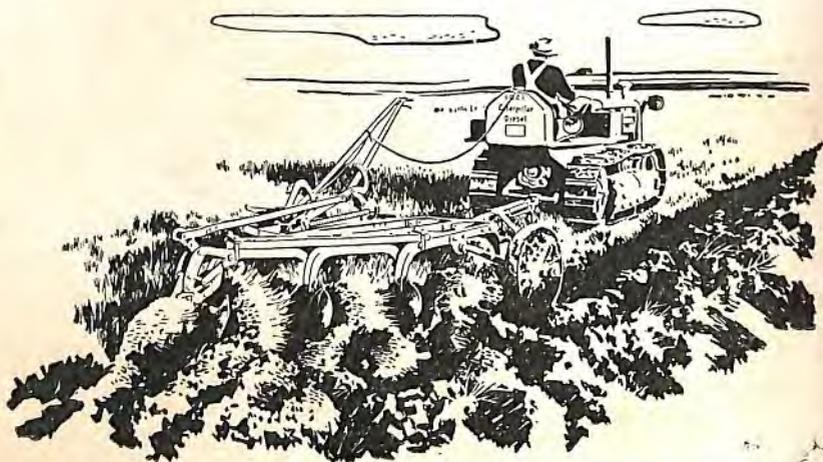
Rio de Janeiro

TRATORES E MÁQUINAS PARA A LAVOURA



Representam a solução moderna, eficiente, econômica dos principais problemas do lavrador.

Dezenas de milhares, em trabalho contínuo e multiforme, têm assegurado o aumento das áreas plantadas, pelo menor custo e mais rapidamente e com maior perfeição.



SOTREQ, S/A de Tratores e Equipamentos
DISTRIBUIDORA DOS AFAMADOS PRODUTOS

“CATERPILLAR” e “JOHN DEERE”

PARA OS ESTADOS DE MINAS GERAIS, GOIAZ, RIO DE JANEIRO,
ESPIRITO SANTO E DISTRITO FEDERAL

RIO DE JANEIRO
AV. BRASIL N.º 9200
Caixa Postal 20

BELO HORIZONTE
RUA RIO GRANDE DO SUL, 137
Caixa Postal, 858

A rainha
do Radio
e
o rei dos
Refrigerantes



EVITE A
PESTE SUÍNA
USANDO A VACINA
CRISTAL VIOLETA
DO INSTITUTO PINHEIROS

INDICADA PARA USO
INTRADÉRMICO E INTRAMUSCULAR

